



Comitê Estadual de Enfrentamento da  
Violência e Defesa dos Direitos Sexuais  
de Crianças e Adolescentes de Mato  
Grosso do Sul.



Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável | Centro-Oeste

**IMPACTOS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NA  
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
EM MATO GROSSO DO SUL  
Relatório de Pesquisa**

Campo Grande, MS, abril de 2010

**IMPACTOS DO SETOR SUCROALCOOLEIRO NA  
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
EM MATO GROSSO DO SUL**

**Relatório de Pesquisa**

Realização:



Apoio:

Secretaria Especial de  
Direitos Humanos



Parcerias:



Ministério Público do Trabalho  
Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região/MS



Comissão Permanente de  
Investigação e Fiscalização das  
Condições de Trabalho no Estado  
do Mato Grosso do Sul



ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA  
DR. JORGE DAVID NASSER

## FICHA TÉCNICA

Pesquisa Integrante do Projeto Fortalecimento do COMCEX/MS – Estudo: *Impactos do setor sucroalcooleiro na exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul*

### **Coordenação Geral**

Estela Márcia Rondina Scandola

### **Coordenação Técnica**

Oswaldo dos Passos Pereira Júnior

### **Consultoria em metodologia**

Estela Márcia Rondina Scandola

### **Redação do Projeto de Pesquisa**

Ivanise Hilbig de Andrade

### **Pesquisadores de Campo**

Kenedy de Souza Moraes

Diógenes Egídio Cariaga

Donizette Alves de Oliveira

Oswaldo dos Passos Pereira Júnior

### **Colaboradores**

Alaíde Maria dos Santos (CPIFACT/MS)

Cícero Pereira Rufino (Coordinfância)

Cláudia Souza (CPIFACT/MS)

Maucir Pauletti (CPIFACT/MS)

Roberluce Oliveira Braga (IBISS|CO)

### **Assistentes de Pesquisa**

Larissa Bertin

Juliana Viana da Silva

### **Relatório Final**

Estela Márcia Rondina Scandola

Ivanise Hilbig de Andrade

Oswaldo dos Passos Pereira Júnior

### **Comitê de Ética em Pesquisa**

CEP/ UFMS: Protocolo de aprovação nº 1513. Em 06/08/2009

(anexo A)

*À criança de dez anos que, com sua irmã, de  
12, fazem programas sexuais no escuro de  
uma velha chácara em Nova Casa Verde;  
Às adolescentes que tentam atrair homens em  
depósitos de bebida de Maracaju na busca de  
alguns reais;  
Às meninas que realizam encontros nos  
quartos das repúblicas dos trabalhadores de  
usinas;  
Às adolescentes de Ipezau que atendem aos  
prazeres de homens em seus carros nas ruas  
ermas próximas da rodovia;  
À menina kaiowá, de Rio Brilhante, vendida  
por 10 mil reais para satisfação sexual de um  
homem  
Às crianças e adolescentes sem rostos, sem  
nomes, sem vida aos olhos do  
“desenvolvimento”*

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

### Lista de siglas:

**BIOSUL** – Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul

**CEP/UFMS** – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**COORDINFÂNCIA**– Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente

**COMCEX-MS** – Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul.

**CPIFCT/MS** – Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul

**CMDCA** – Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

**CRAS** – Centro de Referência da Assistência Social

**CREAS**– Centro de Referência Especializado da Assistência Social

**DEAM** – Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher

**ESCA** – Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

**IBISS|CO** – Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável/Centro-Oeste

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**PETI** – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

**PRF** – Polícia Rodoviária Federal

**SEDH/PR** – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

**SEPROTUR** – Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo

### Abreviaturas dos relatórios:

**RC-M** – Relatório de campo referente ao município de Maracaju

**RC-NA** – Relatório de campo referente ao município de Nova Andradina

**RC-NAS** – Relatório de campo referente ao município de Nova Alvorada do Sul

**RC-RB** – Relatório de campo referente ao município de Rio Brillhante

**RC-S** – Relatório de campo referente ao município de Sidrolândia

**R-2M** – Relatório referente ao segundo momento em campo

**RCo** – Relatório referente ao colóquio *Impactos da presença do setor sucroalcooleiro em MS*



## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1: Ranking da produção agrícola de Mato Grosso do Sul – safra 2010	14
TABELA 2: Produção de cana-de-açúcar dos principais estados produtores	15
TABELA 3: Usinas presentes nos municípios do estudo	19
TABELA 4: Área total cultivada com cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul	20
TABELA 5: Crescimento populacional nos municípios do estudo	21
TABELA 6: Crescimento populacional em Mato Grosso do Sul e em Campo Grande	21

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1: Área de expansão do plantio de cana-de-açúcar no Brasil	13
---	----

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	08
2. INTRODUÇÃO	10
3. SITUAÇÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO EM MS	12
4. A PESQUISA: CONSIDERAÇÕES GERAIS	16
4.1 Exploração sexual de crianças e adolescentes: um conceito	16
4.2 Pesquisa	19
4.2.1 Problema, objetivo e referenciais empíricos	19
4.2.2 Procedimentos metodológicos	21
4.2.2.1 Construção do projeto	21
4.2.2.2 Firmações de parcerias	22
4.2.2.3 Capacitações dos técnicos	22
4.2.2.4 Coleta de dados	23
4.2.2.5 Sistematização coletiva dos resultados e produção do relatório	25
5. ANÁLISES DOS RESULTADOS	26
5.1 Território	26
5.1.1 Os discursos sobre as alterações territoriais	27
5.1.2 Transformações do território e práticas sexuais de crianças e adolescentes	30
5.1.2.1 Usinas e configurações territoriais voltadas ao mercado sexual	30
5.1.2.2 Territórios e produção de ideias	34
5.2 Fluxo de pessoas	37
5.2.1 Trabalhadores das usinas	38
5.2.2 Trabalhadoras sexuais	41
5.3 Práticas sexuais de crianças e adolescentes	43
5.3.1 Práticas sexuais com pagamento material sem intermediários	44
5.3.2 Práticas sexuais intermediadas e com pagamento material	45
5.3.3 Práticas sexuais com pagamento material e/ou simbólico	48
5.3.4 Violações de direitos e abrigo	49
5.4 Exploração sexual de crianças e adolescentes e a rede de atenção	51
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
... ÊNDICE A – Relatório de campo de Nova Alvorada do Sul	58
APÊNDICE B – Relatório de campo de Nova Andradina	62
APÊNDICE C – Relatório de campo de Sidrolândia	66
APÊNDICE D – Relatório de campo de Maracaju	68
APÊNDICE E – Relatório de campo de Rio Brilhante	71
APÊNDICE F – Relatório de campo – segundo momento	76
APÊNDICE G – Relatório do colóquio <i>Impactos da presença da cadeia produtiva sucroalcooleira em Mato Grosso do Sul</i>	84



## 1 APRESENTAÇÃO

O presente relatório é referente ao estudo *Impactos da presença do setor sucroalcooleiro sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes em MS*. Esta pesquisa é parte do projeto Fortalecimento do COMCEX/MS (Comitê Estadual de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul), que é composto por outros cinco estudos, além de ações de articulação diversas. O projeto foi financiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e desenvolvido pelo IBISS|CO (Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável/Centro-Oeste) e parceiros diversos.

O COMCEX-MS, criado em 23 de abril de 1997, é a instância estadual da temática da violação de direitos humanos sexuais infanto-juvenis. As ações do Comitê são orientadas pelos seis eixos convencionados nacionalmente para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes: análise de situação, prevenção, defesa e responsabilização, atendimento, mobilização e protagonismo infanto-juvenil. A coordenação do comitê se dá de forma colegiada, composta por representantes da sociedade civil e de instituições governamentais.

Criado em 1993, o IBISS|CO é uma organização da sociedade civil comprometida com a promoção, defesa e vivência dos direitos humanos. Em suas ações, o Instituto valoriza as articulações entre os atores voltados para a questão dos direitos humanos e a promoção do protagonismo dos grupos em situação de violência potencial de direitos.

Além do presente estudo, o projeto Fortalecimento do COMCEX/MS realizou pesquisas sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes nos seguintes espaços: sete municípios de MS cortados pela rodovia BR-163; nas cidades de MS que estão na linha de fronteira Brasil/Bolívia e Brasil/Paraguai; em territórios indígenas demarcados em Amambai e Caarapó; em regiões de transporte e turismo fluvial (no caso, Corumbá e Porto Murtinho); e em municípios de MT, onde existiu intensa atividade de garimpo.



## 2 INTRODUÇÃO

Direitos de crianças e adolescentes são irrelevantes nos planejamentos dos grandes projetos de desenvolvimento, como os atinentes ao ingresso do país no mercado mundial dos biocombustíveis. Em Mato Grosso do Sul, que registra um avanço acelerado do setor sucroalcooleiro, direitos humanos, no geral, e de crianças e adolescentes, no específico, são igualmente ignorados nos meios oficiais e midiáticos quando o assunto é a expansão do segmento de açúcar e álcool.

Em razão de sua importância e de seus impactos, o setor sucroalcooleiro deve ser debatido em todas as frentes possíveis. Como historicamente acontece, debates desse tipo são provocados pela sociedade civil organizada. No que tange aos direitos humanos de crianças e adolescentes, o debate precisa ser fomentado por atores sociais que atuam na promoção e defesa desses direitos.

Esse debate certamente não soará harmonioso aos ouvidos dos que, por interesses vários, associam ao avanço acelerado do setor sucroalcooleiro apenas decorrências positivas. O debate deve considerar os impactos explícitos, como surgimento repentino de novas demandas a municípios que não as suportam, e as alterações não tão nítidas, como o crescimento do mercado sexual e violações de direitos sexuais de mulheres, de crianças e de adolescentes.

Ao serem entrecruzados e analisados, os dados coletados neste estudo oferecem indicativos importantes para o desvelamento dos impactos provocados pela expansão do setor sucroalcooleiro sobre direitos sexuais de crianças e adolescentes, não só em Mato Grosso do Sul, como também em outras regiões brasileiras. O caminho para se estabelecer essas relações não corresponde a uma reta de causa-efeito. É um caminho que tem como pressuposto o de que as condições materiais (como as transformações materiais provocadas pela instalação e presença de usinas) provocam a produção e fortalecimento de ideias (como as relativas às atividades sexuais de crianças e adolescentes), as quais se manifestam nas práticas sociais (como ofertar adolescentes a clientes mais exigentes em um contexto de intenso movimento do mercado sexual).

Para investigar essas relações complexas, foram elencados cinco municípios sul-matogrossenses, que abrigam usinas e consideráveis áreas de plantio de cana-de-açúcar. Esses municípios são: Sidrolândia, Maracaju, Nova Andradina, Nova Alvorada do Sul e Rio

Brilhante. Apenas nesses cinco municípios, funcionavam, em 2009, nove usinas de cana-de-açúcar, o que correspondia a 42% da totalidade de usinas no Estado. Os dados, nesses municípios, foram levantados durante três meses, de 14 de abril a 10 de julho de 2009. Também compôs a pesquisa de campo um colóquio, realizado em Rio Brilhante. Nesse encontro, diversos atores sociais dos municípios pesquisados discutiram os impactos do avanço do setor sucroalcooleiro em seus territórios.

Quanto à estrutura, este relatório se divide em três partes: na primeira, é traçado um esboço da situação do setor sucroalcooleiro em Mato Grosso do Sul; na segunda, são realizadas considerações a respeito do estudo, com deslocamento inicial para tratar do conceito de exploração sexual de criança e adolescente, e seguindo com apresentação das partes que compõem a pesquisa; na terceira, são trabalhadas as análises dos dados coletados em campo.

### 3. SITUAÇÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO EM MS

Os problemas ambientais e a desproporção entre o aumento da demanda de energia e a redução das reservas de combustíveis fósseis fazem com que o mercado altere a matriz energética mundial, colocando em evidência os biocombustíveis. O Brasil se insere nesse cenário com a produção de formas diversas de agroenergia, com destaque ao etanol proveniente da cana-de-açúcar. Internamente, o mercado do etanol já estaria consolidado<sup>1</sup> e o país busca, através do incentivo da expansão da atividade sucroalcooleira em países da África e da América Latina, criar uma oferta estável e assegurar a consolidação externa<sup>2</sup>.

Nesse contexto, a cana-de-açúcar se torna a cultura do momento do agronegócio brasileiro. A monocultura da cana se expande de São Paulo para seus estados vizinhos (Goiás, Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul). No caso de Mato Grosso do Sul, essa expansão ocorre a partir dos municípios do sul. No Estado, a área total cultivada com cana atingiu 425.539 hectares na safra 2009/10, aumento de 36,95% em relação aos 310.711 hectares da safra anterior, conforme mapeamento de imagens via satélite realizado pelo projeto Canasat.

No comparativo com outros produtos agrícolas, a cana-de-açúcar assume, em Mato Grosso do Sul, liderança tranquila em volume produzido. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção de cana atingiu, no Estado, 36.520.000 toneladas na safra 2010, muito acima das 4.845.000 toneladas alcançadas, em igual período, pela produção de soja, que aparece em segundo lugar [Tabela 1].

---

<sup>1</sup> Um termômetro importante para verificar o avanço interno do mercado de etanol é o comportamento do comércio de veículos flex, que utilizam gasolina e/ou etanol. Em 2009, foram vendidos, no Brasil, 2,6 milhões de veículos flex, alta de 13,9% em comparação a 2008 conforme números da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) – esse volume representou 92% do total de veículos vendidos no país no ano passado.

<sup>2</sup> O relatório “O Brasil dos Agrocombustíveis – Impactos das lavouras sobre a terra, o meio ambiente e a sociedade – Cana 2009”, do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG Repórter Brasil, apresenta matéria sobre essa estratégia do Governo brasileiro. No texto, o coordenador de Cana-de-Açúcar e Agroenergia do Mapa, Alexandre Strapasson, argumenta que “[p]ara formar um mercado internacional, é preciso ter mais países ofertantes. Só assim vamos desenvolver um mercado futuro, com negociações em bolsa”. A matéria explicita que a estratégia brasileira fortalece a divisão histórica de papéis entre Norte e Sul, segundo a qual os países da África e da América Latina têm a incumbência de abastecer o mercado consumidor dos Estados Unidos e da Europa.

Figura 1: Área de expansão do plantio de cana-de-açúcar no Brasil



Fonte: Canasat

De todos os estados brasileiros, Mato Grosso do Sul é o que registra o maior avanço relativo na produção canavieira. Conforme o IBGE, o Estado continua na 5ª posição em quantidade absoluta de produção de cana, ficando atrás de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Goiás. No entanto, esses estados apresentam percentuais de avanço na produção inferiores aos registrados por Mato Grosso do Sul [Tabela 2]. Da safra 2009 para a de 2010, a produção de cana sul-mato-grossense passou de 29.792.853 toneladas para 36.520.000 toneladas, o que representa aumento de 22,58%. Esse é o maior índice do país.

Consonante ao crescimento da produção canavieira, verifica-se a expansão de usinas sucroalcooleiras em Mato Grosso do Sul. Até meados de 2009, havia 14 usinas no Estado e em 2010 já eram 21 unidades, conforme a Secretaria de Desenvolvimento Agrário, da



Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (Seprotur). Segundo projeção do Governo estadual, ainda naquele ano, outras oito usinas estariam em funcionamento. A estimativa era de atingir produção de 2 bilhões de litros de álcool até o fim de 2010.

O aumento da produção de álcool é coerente com o projeto brasileiro de fomento da exportação de etanol. Na prática, esse projeto passa pela construção de um sistema de alcoolduto, coordenado pela Petrobras. Em sua página na Internet, a Petrobras afirma que a meta é atingir, em 2013, a exportação de 4,2 milhões de metros cúbicos de etanol. “Uma das ações para garantir a expansão do consumo interno e facilitar a exportação é a construção de um sistema de alcoolduto. Com ele, ligaremos os pontos de exploração, passando pelas refinarias de Paulínia e Duque de Caxias, aos terminais da Ilha d’Água, no Rio de Janeiro, e São Sebastião, em São Paulo. Outra ligação unirá cidades de Cuiabá e Campo Grande ao porto de Paranaguá (PR)”, afirma a Petrobras em sua página. Grupos empresariais têm demonstrado interesse pelo projeto – entre esses grupos, está a Organização Odebrecht, que possui duas usinas de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul, através de seu braço no setor de etanol, a empresa ETH.

A corrida do etanol repercute em iniciativas do Governo estadual para atrair empresas sucroalcooleiras. Além de propagar que Mato Grosso do Sul está numa posição geográfica estratégica e possui terras e condições climáticas propícias para o plantio da cana-de-açúcar, o Governo oferece incentivos fiscais aos grupos empresariais do setor sucroalcooleiro que se expandem no Estado.

**Tabela 1: Ranking da produção agrícola de Mato Grosso do Sul – safra 2010**

#	Produto	Produção
1	Cana-de-açúcar (Toneladas)	36.520.000
2	Soja (Toneladas)	4.845.000
3	Milho (2ª Safra) (Toneladas)	2.460.208
4	Mandioca (Toneladas)	527.963
5	Milho (1ª Safra) (Toneladas)	362.250
6	Sorgo (Toneladas)	236.221
7	Algodão herbáceo (Toneladas)	150.000
8	Arroz (Toneladas)	146.400
9	Trigo (Toneladas)	62.976
10	Feijão (2ª Safra) (Toneladas)	17.967

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – fevereiro de 2010 - IBGE

**Tabela 2: Produção de cana-de-açúcar (toneladas) dos principais estados produtores**

UF	Safra 2009	Safra 2010	Variação (%)
São Paulo	400.539.320	395.729.252	-1,20
Minas Gerais	58.336.970	61.349.360	+5,16
Paraná	50.096.100	54.574.809	+8,94
Goiás	44.064.470	50.630.000	+14,90
Mato Grosso do Sul	29.792.853	36.520.000	+22,58

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Fevereiro de 2010 – IBGE

Grandes empreendimentos, como as usinas de cana-de-açúcar, provocam alterações significativas nos locais onde se instalam. Impactos ambientais e sociais (sobretudo, no que se refere às condições de trabalho) são os mais enfatizados pelos que veem na expansão sucroalcooleira não apenas crescimento econômico.

Entretanto, além desses impactos, há outros que reivindicam atenção, entre os quais os que se relacionam à violação de direitos humanos sexuais de crianças e adolescentes. Essa atenção é imprescindível a pessoas e grupos que atuam na promoção e defesa dos direitos humanos infanto-juvenis.

## 4 A PESQUISA: CONSIDERAÇÕES GERAIS

### 4.1 EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM CONCEITO

Antes da entrada na pesquisa propriamente dita, é preciso tratar sobre o conceito de exploração sexual de crianças e adolescentes (ESCA) que fundamenta as análises deste estudo. Esse conceito busca se situar na fronteira tênue entre a restrição e a abrangência demasiadas. Isso não significa que o lugar onde se encontra o entendimento de ESCA deste estudo é o único possível. No entanto, seria o espaço conceitual capaz de apreender com relativa justeza as demandas vindas da realidade estudada conforme a compreensão dos envolvidos neste estudo.

O conceito de ESCA ora se apresenta abrangente ora, reduzido. Faleiros (2000), em citação feita por Santos (2007), observa que “o uso sexual de menores de idade com fins lucrativos é nomeado ora como prostituição infanto-juvenil, ora como abuso sexual, e em outros momentos como exploração sexual comercial” (Faleiros, 2000, p. 9 *apud* Santos, 2007, p. 121).

Se por um lado, o problema é visto sem atenção às suas especificidades, sendo tomado como qualquer forma de violação de direitos, por outro, pode ser percebido, no senso comum, como algo simplório, restrito à relação intersubjetiva (agressor e vítima). Esse quadro menor deixa fora de suas molduras componentes importantes para o entendimento da violação.

Mas o problema da redução do que é exploração sexual não é apenas da ordem do senso comum. Também pode se estender à própria ação teórica de conceituá-lo. Na busca de situar conceitualmente a exploração sexual, Santos (2007) critica o uso genérico dessa expressão, que, muitas vezes, é tomada como sinônimo de prostituição. O autor considera exploração sexual somente a prática involuntária da prostituição, quando há a figura do agenciador. Segundo ele, esse conceito estrito funciona como uma estratégia de superação do tratamento moralizante comumente conferido à prostituição e como uma forma de salientar o protagonismo de crianças e adolescentes em situação de prostituição. Para o autor, a equivalência entre ESCA e “prostituição infanto-juvenil” corresponde a uma visão moralizante que rejeita o direito de adolescentes de exercerem o trabalho sexual. Toda “prostituição infanto-juvenil” passa a ser proibida como se fosse sempre exploração sexual.

Faleiros<sup>3</sup>, diferentemente de Santos, inclui no conceito de exploração sexual o trabalho sexual autônomo. Conforme ela, “na exploração sexual do mercado do sexo, os trabalhadores são submetidos a dois contratos: o sexual (com os clientes) e o de trabalho (na maioria das vezes informal) com os empregadores”. Segundo essa concepção, no contrato sexual, o cliente explora o serviço e, no contrato de trabalho, o empregador explora a força de trabalho.

A questão não está apenas em incluir ou excluir a modalidade “trabalho sexual autônomo” no e do conceito de exploração sexual. Mais que isso, é preciso considerar, no conceito, cruzamentos de aspectos diversos – essa consideração é necessária para que seja possível a percepção das violações de direitos humanos sexuais em meio às transformações dos contextos dos quais participam as crianças e os adolescentes. Esses aspectos são: a produção constante e paulatina de pensamentos a partir das alterações da realidade material, o desenvolvimento da sexualidade e as situações de vulnerabilidades de crianças e adolescentes provocadas pelas alterações profundas dos meios onde vivem.

A atenção para as múltiplas facetas da ESCA, que podem ser entendidas como camadas associáveis que se movimentam das totalidades para as particularidades, aparece sistematizada, entre outros autores, em Libório (2007). A sistematização da autora é ampla, incluindo toda violência sexual. Essa amplitude, no entanto, permite situar a ESCA em um espaço importante para a compreensão das relações entre a violência de direitos sexuais de crianças e adolescentes e a presença de grandes empreendimentos, como as usinas de cana-de-açúcar. Libório assim classifica suas categorias explicativas:

São elas: a violência estrutural (em cujo interior encontramos a exclusão social, a influência da globalização e da imposição das leis de mercado), a violência social (expressa nas dimensões de gênero, raça/etnia e geracional), a violência interpessoal (presente nas relações interpessoais, tanto intra como extrafamiliares), aspectos psicológicos (a construção da identidade e o processo de vulnerabilização), sendo entendidos dentro do contexto da adolescência/violência e violação de direitos (LIBÓRIO, 2007, p. 26).

Ao focar a atenção na “violência estrutural” (nos termos de Libório), este estudo não desconsidera outras categorias – pois não haveria como dissociá-las. Essa compreensão de que a violência ocorre simultaneamente em níveis minimiza a importância da prática sexual da criança e adolescente ser autônoma ou agenciada. Afinal, a relação não se estabelece apenas interpessoalmente. Ou seja, mesmo que não haja a exploração visível (na camada mais

---

<sup>3</sup> Em apresentação no Simpósio “Pesquisa, Extensão e o Enfrentamento da Exploração Sexual”, realizado em Goiânia nos dias 20 e 21 de agosto de 2009.

imediate) por parte de um agenciador, a criança e o adolescente continuam sendo explorados, pois devem ser consideradas as interferências de outras camadas.

Essas ponderações ajudam a perceber como crianças e adolescentes podem ser explorados sexualmente em locais impactados pela presença de grandes empreendimentos, como são as usinas de cana-de-açúcar – dimensão que se aproxima da “violência estrutural” dentro das categorias de Libório – sem que haja a figura do agenciador ou pagamento explícito à criança ou ao adolescente pela prática sexual.

Há situações registradas em campo em que meninas<sup>4</sup> não recebem explicitamente pagamento material pelo ato sexual. Tais situações, no entanto, não podem ser entendidas como abuso sexual. Trata-se de uma violação sexual que não é somente abuso, mas sem a ocorrência de uma transação comercial explícita, própria da ESCA. Nesses casos, percebeu-se que a relação de troca era de outra ordem: a “recompensa” pela prática sexual correspondia à provocação pelo autor de situações de consumo ou de possibilidades de consumo excepcionais ao cotidiano das meninas com os direitos violados, o que suscita uma ilusão de *status*. Trata-se de um pagamento simbólico.

Assim, neste estudo, exploração sexual de crianças e adolescentes diz respeito aos relacionamentos sexuais, nos quais se estabelece algum tipo de poder de um indivíduo adulto sobre criança ou adolescente, podendo existir ou não intermediação para a prática sexual e podendo o pagamento ser material e/ou simbólico.

Por fim, deve-se dizer que essas duas dimensões – material e simbólica – ajudam a compreender a complexidade da ESCA para além da criança e do adolescente. No espaço social<sup>5</sup> capitalista, pessoas e grupos se distanciam e se aproximam conforme seus capitais materiais e simbólicos. A ascensão no espaço social decorre do acumulado desses capitais. Para o agenciador, a ESCA representa, sobretudo, ganho de capital material; ao homem em situação de cliente, principalmente, elevação de capital simbólico (será bem visto como *o homem, o macho*, em um contexto machista e adultocêntrico); intermediadores diversos (donos de bares, de hotéis, taxistas, trabalhadores sexuais, familiares, etc.) ganho material, sobretudo; e à criança e ao adolescente, como visto, retornos material (dinheiro, “presentes”) e simbólico (elevação à posição de mulher adulta, à namorada de um homem de fora em posição superior aos garotos da localidade, etc.). É importante salientar que essas “elevações de *status*” ocorrem numa estruturação social capitalista e atendem às necessidades criadas por esse sistema.

---

<sup>4</sup> Foram encontradas apenas situações de violações envolvendo crianças e adolescentes do sexo feminino.

<sup>5</sup> Conceito estabelecido por P. Bourdieu.

## 4.2 A PESQUISA

### 4.2.1 Problema, objetivo e referenciais empíricos

O estudo partiu do seguinte problema: Como as transformações provocadas pela expansão da cadeia produtiva sucroalcooleira impactam na exploração sexual de crianças e adolescentes?

Essa questão se funda na consideração de que os grandes empreendimentos alteram significativamente as dinâmicas das localidades por onde avançam. O problema possibilitou pensar o estudo e traçar como objetivo geral a compreensão das relações entre as transformações provocadas pela presença da cadeia produtiva sucroalcooleira e a exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul.

Foram elencados cinco municípios do centro-sul para compor o referencial empírico. Esses municípios são: Maracaju, Sidrolândia, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul e Nova Andradina. Nesses municípios, estão instaladas nove das 21 usinas existentes no Estado – Rio Brilhante (com três unidades), Maracaju e Nova Alvorada do Sul (cada um com duas unidades) são os municípios concentradores de usinas de todo o Estado. As empresas da região pertencem a grandes grupos, com predomínio da Louis Dreyfus Commodities, com três usinas, e da Organização Odebrecht, com duas unidades [Tabela 3].

**Tabela 3: Usinas presentes nos municípios do estudo**

Município	Usina	Grupo
Maracaju	Maracaju	Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A..
Maracaju	Vista Alegre Açúcar e Álcool Ltda.	Tonon Bioenergia
Nova Alvorada do Sul	Agro Energia Santa Luzia I	ETH/ Organização Odebrecht
Nova Alvorada do Sul	Santa Fé	Safi Brasil Energia
Nova Andradina	Santa Helena	Energética Santa Helena Ltda.
Rio Brilhante	Rio Brilhante	Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A..
Rio Brilhante	Passatempo	Louis Dreyfus Commodities Bioenergia S.A..
Rio Brilhante	Usina Eldorado Ltda.	ETH/ Odebrecht

Sidrolândia	CBAA/Sidrolândia	Cia. Brasileira de Açúcar e Álcool e Agrisul/ Grupo J. Pessoa
-------------	------------------	---

Fontes: Seprotur e BioSul/MS

Como necessidade produtiva do setor, as áreas de plantio da cana-de-açúcar têm se expandido acentuadamente na região, de acordo com a Canasat. Excetuando o município de Nova Andradina (avanço de 17%), os municípios presentes neste estudo registraram crescimento da área com cana-de-açúcar superior à casa dos cem por cento em cinco anos. Em Rio Brillhante, onde estão instaladas três usinas, a área com cana quintuplicou, passando de 15.301 hectares na safra 2005/2006 para 75.708 hectares na safra 2009/2010 – o aumento relativo é de 394,79% [Tabela 4].

**Tabela 4: Área total cultivada com cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul (hectares)**

Município	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	Avanço 2005 – 2010
Maracaju	16.307	17.574	19.389	25.092	33.245	103,86%
N. Alvorada do Sul	13.418	14.964	19.403	22.332	28.450	112,02%
Nova Andradina	18.559	17.881	20.341	22.593	21.473	17,15%
Rio Brillhante	15.301	22.187	36.400	59.453	75.708	394,79%
Sidrolândia	8.475	9.228	11.631	15.780	17.264	103,70%

Fonte: Canasat

Esses municípios também apresentam crescimento populacional muito acima da média do Estado. Conforme o IBGE, de 2000 a 2007, a população sul-mato-grossense passou de 2.078.001 para 2.265.274 habitantes, o que corresponde a crescimento de 9%. Nos municípios deste estudo, o aumento populacional alcança o teto de 62% no mesmo período. Com exceção de Nova Andradina, os municípios da pesquisa subiram de posição no ranking demográfico do Estado [Tabelas 5 e 6].

**Tabela 5: Crescimento populacional nos municípios pesquisados**

Município	População em 2000	População em 2007	Crescimento relativo	Movimentação no ranking populacional do Estado
Maracaju	26.219	30.912	17,89%	De 13° a 13°
Nova Alvorada do Sul	9.956	12.026	20,79%	De 51° a 44°
Nova Andradina	35.381	43.495	22,93%	De 10° a 7°
Rio Brilhante	22.640	26.560	17,31%	De 16° a 14°
Sidrolândia	23.483	38.147	62,44%	De 14° a 10°

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

**Tabela 6: Crescimento populacional em Mato Grosso do Sul e em Campo Grande**

Estado e Capital	População em 2000	População em 2007	Crescimento relativo
MS	2.078.001	2.265.274	9%
Campo Grande	663.621	724.524	9,17%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

#### 4.2.2 Procedimentos metodológicos:

A realização do estudo passou pelas seguintes etapas: construção do projeto de pesquisa; articulações de parcerias; capacitação dos técnicos; coleta dos dados; sistematização e análise coletiva dos dados; produção do relatório.

##### 4.2.2.1 Construção do projeto

O projeto Fortalecimento do COMCEX/MS previu, em suas ações, a realização deste e de outros cinco estudos sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. Os detalhes de cada estudo, no entanto, foram construídos coletivamente pelos técnicos do IBISS|CO, integrantes do COMCEX/MS e pessoas ligadas à defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes.



Dessas discussões, resultou a construção de um projeto de pesquisa, que foi apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CEP/UFMS). Esse procedimento foi importante para assegurar o compromisso do respeito a todos os envolvidos na pesquisa.

Conforme delineada pelo projeto, a pesquisa foi de abordagem qualitativa com uso das técnicas de entrevistas semiestruturadas e observação de locais considerados *a priori* como possibilitadores para a ocorrência da exploração sexual de crianças e adolescentes.

#### 4.2.2.2 Firmações de parcerias

Para a concretização do estudo, foram buscadas parcerias. Nesse processo, têm destaque a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho no Estado do Mato Grosso do Sul (CPIFCT/MS), a Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância) do Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser.

A Comissão Permanente e a Coordinfância colaboraram, fundamentalmente, para a coleta de dados no primeiro momento de estada em campo. A participação dessas entidades facilitou significativamente o acesso do pesquisador às usinas. Também colaboraram na formulação das estratégias para os contatos e para as coletas dos dados em campo.

A Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser foi importante na cessão de espaços para realização de eventos e reuniões deste estudo, bem como de outros do projeto Fortalecimento do COMCEX/MS.

#### 4.2.2.3 Capacitações dos técnicos

Antes de iniciarem a execução do estudo, os técnicos realizaram um curso de capacitação acerca do tema exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre conteúdos gerais de pesquisa qualitativa.

Os cursos somaram 16 horas-aulas e foram realizados, do dia 23 de março a 23 de abril de 2009, na Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, em Campo Grande (MS). O público foi de 17 pessoas.

Os temas das capacitações foram: Introdução à pesquisa com desenho qualitativo utilizando a técnica de análise do Discurso do Sujeito Coletivo (23 de março); Treinamento em Pesquisa Qualitativa (03 de abril); e Contexto das pesquisas sobre Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (23 de abril).

#### 4.2.2.4 Coleta de dados

As técnicas usadas para a coleta de dados foram observação semiparticipante, entrevistas semiestruturadas, abertas e em grupo. A estada em campo ocorreu de 14 de abril a 14 de agosto, em três momentos distintos: levantamentos exploratórios; retorno ao campo para aprofundamento das observações; e entrevista em grupo por meio da realização de um colóquio.

Inicialmente (de 14 de abril a 05 de junho de 2009), foram visitados todos os municípios da pesquisa em parceria com a CPIFCT/MS e a Coordinfância do MPT. Os integrantes da CPIFCT/MS e da Coordinfância, em razão da natureza de suas ações, facilitaram a entrada do pesquisador nas usinas de cana-de-açúcar. Nesse primeiro momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com trabalhadores e com profissionais de Creas (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), Cras (Centro de Referência da Assistência Social), Conselhos Tutelares, Secretarias de Assistências Sociais, delegacias de Polícia Civil e abrigos. Nesse período foi feito, ainda, observação em locais diversos com o propósito de perceber eventual situação de exploração sexual de crianças e adolescentes.

As entrevistas com trabalhadores buscaram se distanciar de concepções morais e maniqueístas. Tais concepções comprometeriam, já de início, o entendimento das realidades locais de exploração sexual de crianças e adolescentes. As entrevistas foram planejadas com o objetivo de perceber possíveis relações entre a situação de trabalho e de vida do trabalhador, provocadas pelas características contratuais e produtivas das usinas, e a geração de condições para a formação de demanda ao mercado sexual. Neste momento, as entrevistas com os trabalhadores foram realizadas nas usinas e em grupos. Por serem semiestruturadas, as entrevistas deram maior liberdade ao trabalhador para tratar sobre aspectos de sua família, atividades na usina e nos dias de folga. As perguntas visaram conhecer os pensamentos e sentimentos dos trabalhadores acerca da distância de suas casas, das rotinas trabalhistas, da afetividade e de diversões nos momentos de ócio.

As fontes institucionais também foram entrevistadas nos seus locais de trabalho (Cras, Creas, Conselhos Tutelares, delegacias de polícia, Secretarias de Assistência Social e abrigos). As perguntas focaram situações de exploração sexual de crianças e adolescentes e as ações dos órgãos diversos frente à questão. Buscou-se saber se havia registro de exploração sexual de crianças e adolescentes, os históricos dessas ocorrências e os procedimentos e encaminhamentos que foram dispensados aos casos.

Ainda nesta primeira inserção no campo, foram realizadas observações semiparticipantes nos seguintes locais: boates e bares, estações rodoviárias e imediações, postos de combustíveis, praças e ruas com concentração de pessoas. A maior parte das observações foi realizada à noite. Os pesquisadores não transitaram nesses locais como pesquisadores. Na maioria das vezes, simularam serem clientes do mercado sexual – nesta fase, foram a campo dois pesquisadores homens. Essa estratégia permitiu que as pessoas desses locais se sentissem à vontade para falar de prostituição e presença de adolescentes na prostituição. Em razão dessa forma de abordagem, não foram registrados dados dos informantes que pudessem identificá-los.

O segundo momento de estada em campo (8 a 10 de julho) visou centrar a observação na possível alteração dos movimentos das cidades em época de pagamento dos trabalhadores das usinas. Nesta fase, foram realizadas, novamente, observações e conversas informais nos mesmos locais observados no primeiro momento de ida ao campo – desta vez, foram a campo quatro pesquisadores, sendo dois presentes também no primeiro momento. A observação, nessa fase, aconteceu também, com maior intensidade, no período noturno. Nessa oportunidade, os trabalhadores de usinas foram abordados e entrevistados em bares e boates.

A coleta de dados foi aprofundada durante o colóquio *Impactos da presença do setor sucroalcooleiro em MS*, realizado na Câmara Municipal de Rio Brillante no dia 14 de agosto de 2009. Estiveram presentes 45 pessoas de entidades diversas: Conselhos Tutelares, Creas, Cras, Executivos municipais, organizações da sociedade civil, movimentos sociais dos municípios participantes do estudo.

A metodologia do colóquio contempla a técnica de entrevista aberta. As pessoas discorrem, com relativa liberdade de tempo, sobre um determinado assunto a partir de questões geradoras. No colóquio referente a este estudo foram lançadas as seguintes questões: 1) Desde quando o setor sucroalcooleiro está presente no seu município? 2) Que mudanças o setor sucroalcooleiro trouxe para o município? 3) Por que as usinas vieram para o seu município? 4) Quais são nossas dificuldades para conhecer a realidade dos municípios? 5) Como se caracteriza a exploração sexual de crianças e adolescentes no seu município?

O colóquio foi importante na composição do material para análise, pois possibilitou a externalização de discursos de pessoas que, de alguma forma, atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes e/ou de pessoas que sofrem interferências das transformações provocadas pela presença de usinas de cana-de-açúcar.

#### 4.2.2.5 Sistematização e análise coletiva dos resultados e produção do relatório

A redação deste relatório foi precedida por uma reunião de trabalho, que objetivou discutir os dados e sistematizá-los. Essa reunião foi realizada na Escola de Saúde Pública, em Campo Grande, no dia 17 de setembro de 2009. Em razão de seu objetivo, o encontro contou com participação de apenas sete pessoas: técnicos do Ibiss|CO e membros das entidades parceiras do estudo.

Durante a reunião, foram lidos os relatórios de campo e esboçados categorias de análise, usadas neste relatório.

## 5. ANÁLISES DOS RESULTADOS

A busca do entendimento da complexidade existente entre a instalação de um grande empreendimento (como são as usinas de cana-de-açúcar) e a promoção de condições favoráveis para o ingresso de meninas e meninos na prostituição passa pela própria concepção de sociedade. Caso a sociedade seja vista como uma entidade abstrata, estática e despossuída de humanidade, certamente não se notará relação entre mercado sexual e presença de usinas. No entanto, se a sociedade é compreendida como uma totalidade viva e em transformações constantes, resultantes das costuras dialéticas entre a produção da atividade material e a produção das ideias, será possível desvelar, em meio aos impactos provocados pela instalação e presença de usinas, a promoção de situação propícia ao desenvolvimento do mercado sexual e da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Esta segunda compreensão da realidade social é o solo sobre o qual são analisados os materiais coletados em campo. Esses materiais, condensados nos relatórios de campo e da atividade do colóquio, podem ser agrupados em discursos (entrevistas e conversas informais) e em observações dos lugares e pessoas conforme percebidos pelos pesquisadores. Esses dois elementos – discursos e realidades observadas – são interpretados com o uso de três categorias elencadas para esse fim. São elas: território, fluxo de pessoas e práticas sexuais de crianças e adolescentes. Também é feito um deslocamento em direção ao debate sobre a atuação da rede de atenção à criança e ao adolescente.

### 5.1 TERRITÓRIO

Toda transformação que acontece no mundo não acontece em outro lugar que não no próprio mundo. Essa aparente obviedade é importante para compreender que os impactos provocados por uma atividade econômica da magnitude de usinas de cana-de-açúcar (de grandes grupos) em pequenas localidades ocorrem em um espaço concreto, em um território. O sentido aqui atribuído a território não se limita ao suporte duro e palpável do espaço, mas se

estende às representações, à produção de pensamentos, gestadas nas – e a partir das – mudanças materiais do território.

Esse entendimento de território se aproxima da construção trabalhada por Diógenes *et al.* (1998; 2008). Os autores cunharam a definição para servir de instrumento ao estudo que realizaram em Fortaleza-CE sobre exploração sexual de crianças e adolescentes. Afirmam:

Os territórios são campos concretos/simbólicos produtores de sentido e de práticas específicas da prostituição. O território, ao mesmo tempo em que se reporta a dimensões concretas, como o corpo e os espaços físicos e espaciais, ultrapassa-os, agregando dimensões relativas ao conjunto de relações, aos aspectos culturais e simbólicos e aos papéis desempenhados pelos atores específicos. O território é um mapa cultural (DIÓGENES, 1988, p. 18 apud DIÓGENES, 2008, p. 22-23).

### 5.1.1 Os Discursos Sobre as Alterações Territoriais

Durante o colóquio *Impactos da presença da cadeia produtiva sucroalcooleira em MS*, realizado em Rio Brilhante no dia 14 de agosto de 2009, os participantes expuseram diferentes nuances das transformações territoriais decorrentes das instalações de usinas. As mudanças percebidas e os pensamentos a respeito dessas mudanças se mostraram correspondentes aos lugares sociais representados pelos participantes, que não serão identificados para assegurar o sigilo dos entrevistados. Seguem abaixo algumas falas:

*Com as usinas, a gente percebe um aumento da população e uma demanda maior à escola, ao atendimento da saúde, ao atendimento social. Existe uma grande migração. Mas isso tudo não tem aumentado a criminalidade. Isso é um ponto positivo. Quanto à prostituição, não existe fiscalização; as meninas falsificam documentos. Mas a criminalidade a gente não vê... A usina, do lado positivo, traz emprego e desenvolvimento, mas a administração tem que ir junto. Tem que aumentar os atendimentos. (RCO)*

*A gente percebe que a usina gera um problema social muito grande. E o poder público não acompanha com escola, nem nada... Também há casos de tráfico de drogas, exploração sexual... (RCO)*

*O município e os gestores já absorveram a presença das usinas. Eles veem como coisa boa. A gente vê que as autoridades não querem nem discutir. Mas os problemas aparecem: aumentam os gastos com saúde, educação, porque tem uma população flutuante; as pessoas*

*moram mal, amontoadas; a prostituição infantil aumentou de forma exorbitante e a assistência social não consegue fazer nada, não tem recursos. As pessoas não denunciam, as autoridades fazem vistas grossas, porque vai ter que apontar os culpados e ter que resolver... Os municípios realizam audiências pra discutir o assunto, mas ninguém aparece, as pessoas não se interessam. Só pensam no retorno financeiro que isso dá. (RCo)*

*A gente observa que houve um crescimento da cidade, há mais estrutura. Mas os problemas sociais são muito maiores; não só de prostituição infantil, mas de drogas, que são números muito alarmantes. As casas de reabilitação são particulares e as pessoas não têm recursos. Vai acumulando um monte de dificuldades para a rede por causa das migrações. Também aumenta a falta de estrutura das famílias. (RCo)*

*Após a instalação das usinas tudo piorou. Além de prostituírem, as adolescentes estão encarando isso como um trabalho mesmo... Também os aluguéis são muito caros; não se acha casa pra alugar. Não há preocupação com o meio ambiente. Na educação, não tem vaga pra essas crianças. Os trabalhadores das usinas também usam drogas pra trabalhar. A droga mais usada é pasta base. (RCo)*

*As usinas agravaram a questão do trânsito. Nós não temos recursos e ficou um caos a situação do trânsito, com acidentes graves com caminhões. Com relação à prostituição, a concentração é mesmo nas cidades, porque nos postos a gente visita, verifica, não tem. Vêm muitas meninas de Ponta Porã [fronteira com o Paraguai]. Tem outra coisa: quando acabam os contratos, as pessoas ficam perdidas pela cidade, às vezes só sabem trabalhar em usina, e ficam sem saber o que fazer. As cidades não têm estrutura pra receber essas pessoas, pra manter tanta gente. (RCo)*

*Em (...), havia problemas com moradia. Mas agora está diferente: aumentou o número de empregos. O governo incentiva, quer as usinas... Elas também fazem a sua parte. O município tem que cobrar, tem que ir atrás, tem modificações acontecendo. A nossa prostituição aqui é muito mais por conta do Paraguai e da rota de drogas. E aqui a prostituição infantil, o Conselho Tutelar está em cima. Na escola, não faltam vagas. Tem vagas pra todo mundo. Problemas nós temos muitos sim, mas onde você prioriza atender, muda. A saúde melhorou. Não há recursos, mas está melhor. Tem que cobrar das autoridades, tem que buscar parcerias em todos os poderes. Nós tivemos uma menina aqui de 13, 14 anos, que ganhou a Olimpíada de Português nacional. Nossa cidade é uma cidade muito feliz, porque todas as associações são unidas, e estão todas juntas. (RCo)*

Dissonantes em pontos diversos e reveladoras ou não de preconceitos, os discursos se convergem num dado comum: as usinas trouxeram mudanças significativas aos municípios. A desproporção entre a pequenez da capacidade dos municípios e a grandeza das demandas

geradas pelas usinas é flagrante em todas as falas. Um dos impactos importantes é o crescimento populacional<sup>6</sup>.

As discordâncias, por outro lado, se despontam quando as considerações são sobre as características das mudanças relacionadas às usinas. Percebe-se explicitamente na última fala – como também foi perceptível em comentários de alguns entrevistados em outros momentos do estudo – a necessidade de relacionar a presença das usinas com a promoção de benefícios à localidade. Nesse grupo discursivo, exploração sexual de adolescentes e transformações referentes a usinas não mantêm nenhum tipo de relação – em alguns desses discursos, sequer existiria adolescentes no mercado do sexo.

Nos relatórios de campo, aparecem discursos que distanciam usinas e impactos negativos, especificamente os atinentes à exploração sexual de crianças e adolescentes. Esses discursos se movimentam em dois eixos estratégicos: um que desvencilha o empreendimento das pessoas vindas de fora (sobretudo, os trabalhadores), responsabilizando essas pessoas – e não a presença das usinas – pelas transformações negativas; e outro que não faz essa separação e busca isentar de qualquer responsabilidade usinas e pessoas de fora pelos malefícios. Os fragmentos abaixo ilustram essas duas estratégias discursivas:

*“Por conta do emprego é ótimo, porque antes tinham muitos homens que ficavam nas ruas sem emprego; agora trabalham nas usinas. Por outro lado, aumenta a violência, por causa das muitas pessoas que vêm de fora e são pessoas desconhecidas.” (RC-NAS)*

\*\*\*\*\*

*“Não tivemos nenhum caso envolvendo estes trabalhadores. Pode ser que venha a ter, mas não pelo fato de ter uma usina. Não vejo que tenha alguma relação o fato de termos usina aqui. Esperamos que não aconteça, mas se vier acontecer será por acaso”.(RC-M)*

---

<sup>6</sup> As alterações populacionais não são, evidentemente, resultantes apenas de um fator isolado (como a presença das usinas). No entanto, não se pode ignorar que as transformações locais concernentes às instalações de grandes usinas colaboram significativamente para o aumento da população. Um indicativo dessa relação é o fato de os municípios, onde foram instaladas usinas, registrarem avanço relativo no número de pessoas muito acima da média do Estado.



## 5.1.2 Transformações do Território e Práticas Sexuais de Crianças e Adolescentes

### 5.1.2.1 Usinas e configuração territorial voltada ao mercado sexual

As transformações territoriais suscitadas e/ou impulsionadas pela presença de usinas, enquanto empreendimentos de grandeza muito além da capacidade de absorção de pequenos municípios, também concorrem para o fomento acentuado da oferta de serviços sexuais e, por conseguinte, para a entrada e a permanência de crianças e adolescentes na prostituição.

Esse tipo de impacto foi mencionado nos discursos da maior parte dos sujeitos de pesquisa e em falas informais de moradores. Fortes indicativos desse impacto também foram notados nas observações empíricas.

Com relação aos discursos, deve-se advertir que, de modo geral, permanecem no mesmo horizonte dos discursos supracitados, que basicamente culpabilizam as pessoas que vêm de fora. Os comentários que seguem, em linguagem direta e indireta, exemplificam tal afirmativa:

*“Nós estamos preocupados porque os casos que recebemos têm ligação com trabalhadores, pois aqui estão instalados trabalhadores de Pernambuco, Maranhão; e eles procuram as meninas ou elas vão até eles”. (RC-NA)*

\*\*\*\*\*

*Ela ainda relata que antes havia muitos casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes e justifica isso pela permanência de trabalhadores vindos de outras regiões que se fixavam no distrito, mas que, atualmente, a usina está usando mais a mão-de-obra indígena. (RC-M)*

Além dos discursos, as observações dos ambientes ajudaram a perceber a relação entre a presença de usinas e o fomento de condições relevantes para a prostituição e para a ocorrência da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Uma alteração territorial flagrante do avanço do comércio sexual é o aumento da quantidade de boates e bares, muitos dos quais usados não só para a intermediação, mas também para a realização de programas sexuais. Em diversos momentos dos relatórios, há observações dos pesquisadores relacionadas ao volume expressivo de bares e/ou casas de prostituição. Abaixo, seguem alguns trechos a respeito desse assunto, referentes, respectivamente, aos relatórios das observações em Maracaju, Nova Alvorada do Sul e Ipezau (distrito entre Deodápolis e Rio Brilhante) e do relatório do colóquio:

*Durante a noite, andei pelas imediações da estação rodoviária, região onde há uma quantidade expressiva de bares (cerca de quatro por quadra). Alguns desses bares têm quartos nos fundos para a realização de programas sexuais. Em dois bares, consegui ir até os fundos e notei que os quartos eram bem simples, conjugados e feitos de madeira.*

(...)

*Eu falei que não era da cidade e que teria ficado surpreso com a quantidade de bares. “Sempre foi assim?”, perguntei. “De um tempo pra cá passou a ter mais”, disse o guarda. Outro homem, que estava dentro do bar, sinalizou para a relação entre a presença das usinas e o grande número de bares. “Depois que veio as usinas, a cidade começou a crescer mais. Aí também aumentou os bares”, afirmou. (RC-2M)*

\*\*\*\*\*

*Andando de carro, passei por adolescentes, que estavam sozinhos. Eram mais ou menos 23h30. Perto do que eles chamam de Buracão (espaço de lazer numa região pobre), há muitas lanchonetes. De frente a esse lugar, tem vários barzinhos. Em um bar havia mulheres no atendimento e na calçada.*

(...)

*Nessa região, há sete bares numa só rua. Alguns locais são mais bem estruturados, outros bem precários. Parei num bar. Tinha 13 mulheres, aparentando terem entre 18 e 25 anos. No outro bar, tinha cinco meninas. Três tinham aparência de indígena. Da lanchonete que eu estava dava pra ver três outras. Falaram que o movimento estava fraco, por causa do jogo. (RC-2M)*

\*\*\*\*\*

*Depois do trilho, a região é mais pobre. Tem vários bares. Conversei com uma profissional do sexo. Ela ficou preocupada e disse: “Aqui não tem menor”. Aí eu perguntei: “E se eu quiser arrumar?” Ela disse que tem que arrumar pra fora. Ali na zona não tinha. (RC-2M)*

\*\*\*\*\*

*Os moradores também disseram que, com as usinas, aumentou quantidade de barzinhos. Em (...), a coisa é ainda mais visível. Lá só numa rua tem oito bares. (RC-2M)*

\*\*\*\*\*

*Isso começou a acontecer com a usina. Antes não tinha nada disso. Não tinha zona. Hoje tem duas. Mas as mulheres são de fora, são de Ponta Porã. Também tem crianças e adolescentes, mas elas ficam nos depósitos de bebidas. (RCo)*

A quantidade relativamente alta de lugares fechados voltados para a realização de programas sexuais não significa, necessariamente, que haja, nesses locais, adolescentes na prática da prostituição<sup>7</sup>. Essa configuração do território, com bares e casas de prostituição

<sup>7</sup> Foi observada a presença de adolescentes nas imediações de casas de prostituição, sendo que uma delas fazia programa, conforme contou a trabalhadora sexual que a acompanhava. No entanto, observou-se que as dinâmicas

concentrados em alguns espaços das cidades, demonstra ser uma manifestação de transformações provocadas pela instalação de usinas com práticas trabalhistas que provocam a formação de um aglomerado de homens de outras cidades e estados brasileiros. Trabalhadores entrevistados externaram sentimentos (como saudade de casa e ausências afetivas) e situações (a distância de seus lugares de origem e de possíveis vigilâncias, a folga semanal e a busca por diversões na cidade) que ajudam a compreender o possível papel canalizador de necessidades a serem supridas desempenhado pelo mercado sexual nos locais pesquisados<sup>8</sup>.

Outro aspecto importante para ser salientado é a concentração dos bares e casas de prostituição nos espaços periféricos das cidades. Esse desenho concretiza espacialmente o senso comum dualista, segundo o qual algumas pessoas são “de bem e de família” e outras são “promíscuas” – as “pessoas de bem” podem frequentar o “submundo da promiscuidade” (clientes eventuais) e voltarem para o seu lugar de origem para continuarem sendo “pessoas de bem”.

Alguns desses espaços de ocorrência da prostituição identificados pelo estudo são: em Maracaju, o distrito de Vista Alegre e alguns bairros mais distantes; em Nova Andradina, o distrito de Nova Casa Verde; em Sidrolândia, o distrito de Quebra Coco; em Rio Brillante, o distrito de Ipezau (que pertence a Deodápolis, mas abriga repúblicas de trabalhadores de usinas de Rio Brillante); e em Nova Alvorada do Sul, alguns bairros, como a Vila Maria de Lourdes. Nos espaços ainda mais retirados desses lugares, nos mais ermos, ocorre a exploração sexual de crianças e adolescentes, como afirmaram alguns dos entrevistados. Em se tratando dos distritos, teria existido uma correspondência inicial entre a constituição dos lugares como espaço para a prostituição e constituição dessas delimitações como grandes dormitórios dos trabalhadores das usinas.

Para ilustrar essa divisão espacial, vale citar algumas observações registradas nos relatórios de campo (são referentes às observações do primeiro momento em campo em Maracaju, distrito de Nova Casa Verde, em Nova Andradina, Nova Alvorada do Sul e às observações da segunda estada em campo em Maracaju):

*A partir deste relato e de outros semelhantes, estivemos nessa vila e constatamos o seguinte: nesta vila, que é periferia da cidade, estão*

---

da prostituição de adolescentes acontecem, geralmente, de forma velada, como será trabalhado adiante em uma seção específica. Outra questão a ser observada é que meninas com menos de 18 anos podem causar impressão de serem mais velhas. Em trecho de um dos relatórios, o pesquisador faz referência a trabalhadoras sexuais jovens, com aparência entre 18 e 25 anos. É possível que, nesse grupo, estivessem adolescentes.

<sup>8</sup> As condições dos trabalhadores relativas ao mercado sexual serão analisadas em uma seção adiante.

*concentradas seis zonas que estavam cheias de homens quando visitamos o local. (RC-M)*

\*\*\*\*\*

*Perto da praça, encontramos uma travesti e uma profissional do sexo, a qual aparentava ter entre 19 e 23 anos. Elas nos relataram que residem em um bar que fica à margem da MS-134, que liga o distrito de Casa Verde à Nova Andradina. Quando perguntamos qual o lugar para encontrar mulheres, elas respondem que o melhor ponto é no posto de combustíveis da localidade, mas que naquela semana seria difícil, pois a maioria as profissionais tinha viajado para o Paraná.*

(...)

*Logo após a saída das meninas e da mãe, a assistente social me fala que as meninas fazem ponto na chácara de um homem. Além das duas garotas, haveria pelo menos outras três, entre dez e 13 anos. As meninas fariam os programas sexuais dentro da casa do homem, aliciadas por ele.*

(...)

*Com as informações que tínhamos coletado no PETI, procuramos e encontramos a tal chácara. É uma casa cercada de arame e bastante arborizada. Fica à margem da MS-134, que liga o distrito de Casa Verde a Nova Andradina. (R-NA)*

\*\*\*\*\*

*Por volta da meia-noite, eu cheguei à Vila. É uma região muito precária, onde se concentra a maioria das casas de prostituição. Fica na periferia da cidade, quase no canavial. (RC-NAS)*

\*\*\*\*\*

*Essa mesma fonte [um trabalhador de usina] afirmou preferir “as coroas”, em razão da “experiência delas”, mas que também gosta de “menina nova”. “Hoje mesmo, na parte da tarde, eu peguei uma de 17 anos lá na Pedra”, contou, em referência a uma região, conhecida na cidade como “o lugar da prostituição”.(RC-2M)*

### 5.1.2.2 Território e produção de ideias

Essa alteração do território não é somente física, mas também diz respeito à produção de ideias, às representações sociais da realidade. A mudança da configuração material (usinas, aumento demográfico, população flutuante, avanço no número de bares, de casas de prostituição) ocorre em movimentos dialéticos imbricada com a incorporação e o fortalecimento de determinados pensamentos sobre a realidade, entre os quais os relativos a sexo, prostituição e adolescentes.

Durante o estudo, foram observados situações e comentários que demonstram a naturalização<sup>9</sup> de eventos construídos historicamente, como os relativos à prostituição. Há uma visão comum sobre a existência de grande familiaridade de adolescentes com o universo do sexo e da prostituição, o que as tornam as provocadoras e as responsáveis pelas relações em que participam. Também são manifestados sentimentos de suposta impotência frente a violações, que persistem porque “todos sabem, mas ninguém faz nada” – instalam-se, assim, tabus: todos são cientes da existência de violações, mas seguem suas vidas de costas para tais violações.

Ao mesmo tempo em que é comunicada essa naturalização (no sentido de perceber a realidade como imutável), é externada, paradoxalmente, certa consciência da existência de dispositivos que asseguram direitos e responsabilizam autores de violência. No entanto, na imersão da totalidade do tabu, alguns se imaginam imunes a esses dispositivos.

Esses aspectos podem ser elucidados com as citações de alguns fragmentos dos relatos de campo. As fontes afirmam existir costumeiramente violações de direitos sexuais de meninas em seus municípios e/ou em distritos de seus municípios. Os comentários soam como se nada pudesse ser feito; é como se essas violações já fizessem parte necessária da paisagem local. Em alguns casos, as pessoas entrevistadas afirmam saber, com precisão, os locais onde crianças e adolescentes marcam os encontros e/ou realizam os programas sexuais. Por vezes, a alegação para a ausência da ação é o envolvimento de “pessoas influentes” na prática da exploração sexual. Tais inferências podem ser constatadas nos trechos que seguem:

*Esta profissional nos diz, ainda, que há relatos de que no distrito existem muitos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive casos envolvendo os trabalhadores de usinas que se encontram instalados neste distrito. (RC-M)*

\*\*\*\*\*

*“Aqui há muitos casos de abuso e exploração sexual. (...) Também tem o caso de uma menina, Paola [nome fictício], de 12 anos, e a irmã dela, Jéssica [nome fictício], de dez, que fazem programa. O pai delas está doente. Ele trabalha no lixão. Por causa da situação de vida das meninas, o Conselho Tutelar as tirou do pai e as deixou com a mãe”. Segundo a fonte entrevistada, a filha mais velha era levada pelo pai para trabalhar no lixão. (RC-NA)*

(...)

---

<sup>9</sup> O termo naturalização não significa aqui meramente aceitação, aprovação de uma situação. Significa o pensamento de que a situação não pode ser mudada, como se fosse produzida pela natureza sem a participação humana. Nesse sentido, a pessoa pode até não aprovar a presença de adolescentes no mercado do sexo, mas acredita que nada possa ser feito para solucionar a questão, pois as pessoas não conseguem mudar algo natural.

*Ela diz que tem um caso que todo pessoal do distrito sabe. É a situação de um homem que “está tendo um caso” com a enteada dele: “Essa menina tem 11 anos e já foi aluna do PETI. Agora não está vindo mais. Ela é a única menina da família que anda toda arrumadinha, que ganha presentes do padrasto”. (RC-NA)*

\*\*\*\*\*

*Um taxista me disse que a exploração sexual de crianças e adolescentes tem muito envolvimento de pessoas que têm dinheiro. Ele falou que um cara do cartório é uma dessas pessoas. Ele disse: “As mães vendem as filhas. Os caras vão de carrão pra pegar as meninas. Isso quando as mães não saem de casa pro cara ficar com as meninas lá mesmo”. (RC-2M)*

\*\*\*\*\*

*Uma mulher, que é comerciante, me relatou que a situação de exploração sexual acontece nas chácaras, que ficam nas proximidades da cidade. Os homens ficam nos carros mesmo. As meninas já nem são mais levadas para lá. Elas já fazem ponto lá no lugar mesmo, na frente das chácaras, que são lugares escuros. (RC-2M)*

A percepção da produção de ideias como processo integrante da transformação territorial é importante para superar o maniqueísmo das interpretações acerca das relações entre grandes empreendimentos e a exploração sexual de crianças e adolescentes. A perspectiva maniqueísta é simplória – encerra todo o problema no indivíduo homem, que vem de fora para compor a mão de obra do empreendimento e passa a violar os direitos sexuais de adolescentes das comunidades locais. Embora não esteja inteiramente equivocada, essa análise não considera um relevante componente das alterações locais provocadas pelas dinâmicas materiais introduzidas pelos empreendimentos. Tal componente diz respeito à difusão e ao fortalecimento de pensamentos correspondentes à realidade marcada por intenso mercado sexual – esse mercado pode ter sua justificativa inicial no acréscimo significativo de homens à população local, mas se expande para muito além desse público.

Esse componente novo (pensamentos que tendem a naturalizar as relações sexuais comerciais envolvendo adolescentes) extrapola o universo produtivo imediato das usinas e abarca a comunidade local como um todo. Evidentemente, não se propõe aqui uma influência linear da presença das usinas na produção de ideias acerca de mercado do sexo e de adolescentes na exploração sexual. Assevera-se, sim, que, conforme observações e discursos registrados nos relatórios de campo, as instalações de usinas geram dinâmicas novas, as quais fomentam o mercado sexual e, por conseguinte, favorecem a construção de pensamentos pertinentes a essas alterações da realidade local.

O registro de uma cena, na qual homens conversam com um pesquisador em um bar, ajuda a perceber a mentalidade naturalizada com relação a adolescentes e a sexo. Segue a citação do relatório:

*Em dado momento, um homem disse, de supetão, enquanto caminhava do interior do bar para a varanda da frente, onde eu estava: “Quer ir preso?” A estranha pergunta veio acompanhada de um gesto explicativo. O homem perguntou e apontou para uma menina, com aparência de 13 a 15 anos, que passava em frente ao bar. A garota estava de short e blusa. “Ela tá indo pra um ginásio aqui perto”, disse o homem e emendou: “Essas meninas, hoje em dia, estão todas gostosinhas. Dá vontade até de ir preso”. Assenti com a cabeça para que ele sentisse cumplicidade de minha parte e seguisse no assunto. Ele afirmou que as meninas da escola “provocam demais”. Contou, ainda, que um guarda, amigo dele, apaixonou-se perdidamente por uma estudante, que teria, no máximo, 15 anos. “Ele chegou de ficar doente por causa dessa menina. Ela sabia que ele gostava dela; aí que ela provocava mesmo. Mas na hora não queria nada com ele”.*

*Outro homem comentou que o envolvimento com adolescente é, muitas vezes, inevitável. Esse homem viera de Pernambuco para trabalhar numa usina e terminou se casando e ficando na cidade. “Às vezes a gente tá meio de fogo e nem pensa. Aí acaba pegando as meninas de menor. Mas isso não dá nada pra gente não. Eu acho que não dá não. Dá pra menina e pro dono da zona onde ela tava”, disse.*

*Os dois homens (o trabalhador da usina e o guarda) fizeram comentários sobre a existência de muitas adolescentes no mercado do sexo. Ao se referirem a essas garotas, usavam o termo “putinhas”. “Aqui tá cheio de putinhas. E elas moram com a própria família, que nem sabe ou faz que não sabe”, disse o guarda. (RC-2M)*

## 5.2 FLUXO DE PESSOAS

Uma transformação territorial importante relativa às mudanças introduzidas pela instalação de usinas é o aumento considerável da população. Além da mão de obra vinda de outros lugares, há pessoas atraídas para as localidades por avaliarem que, de alguma forma, podem lucrar com a presença das usinas. Formam-se, assim, novos grupos: residentes com intenção de permanecerem na cidade (como pessoas em busca de melhores oportunidades e alguns trabalhadores, que terminam se casando e não deixam o lugar), moradores temporários

(como trabalhadores que permanecem no local apenas durante os meses de contrato) e pessoas que procuram a cidade em algumas épocas do ano (como prestadores de serviços sazonais diversos e trabalhadoras sexuais).

Desses grupos, a atenção do estudo foi voltada aos trabalhadores das usinas e às trabalhadoras sexuais. É preciso dizer que a relação entre instalação de usinas e exploração sexual de crianças e adolescentes supera os limites imediatos das dinâmicas estritamente da usina, não dizendo respeito apenas à procura por serviços sexuais por parte dos trabalhadores. Como já discorrido anteriormente, a dimensão desse impacto é maior, pois colabora para o fortalecimento de pensamento que naturaliza as trocas sexuais pagas e a exploração sexual de adolescentes. Essa perspectiva não desconsidera, evidentemente, a participação do trabalhador de usina no mercado sexual; apenas não restringe a compreensão da realidade ao universo do trabalhador. Portanto, esse ator social permanece relevante para ser observado, mas o olhar do pesquisador não deve estar cego por preconceitos, o que comprometeria o entendimento da realidade.

### **5.2.1 Trabalhadores da Usinas**

A mão de obra das usinas dos municípios pesquisados é formada principalmente por indígenas do próprio Estado e por homens de outros estados, majoritariamente da região Nordeste. Não foi observada a presença de trabalhadores indígenas como clientes de serviços sexuais<sup>10</sup>.

As entrevistas com trabalhadores e as observações ajudaram a identificar algumas possíveis razões da procura por serviços sexuais. Essas razões dizem respeito à distância de suas cidades, à ausência ou amenização de cobranças de comportamentos morais, à necessidade de afeto e à precisão de atenuar os desgastes do corpo provocados pela atividade árdua e repetitiva da usina. Considerando esses fatores, o mercado sexual se torna uma peça importante para a ordenação das dinâmicas produtivas das usinas, pois funciona como um amortizador de descontentamentos por conta das condições afetivas e físicas dos trabalhadores.

---

<sup>10</sup> Observou-se que há, nas usinas, diferença de tratamento entre índios e não-índios com relação às saídas para as cidades. No relatório de Nova Andradina, por exemplo, consta que os índios reclamaram de não poder ir para a cidade nos dias de folga – a usina tem alojamento para os trabalhadores. Isso ocorre porque cabe ao capitão responsável pelos indígenas decidir se alguém sai e quem sai para a cidade.



Os trabalhadores das usinas foram contatados pelos pesquisadores dentro e fora dos locais de trabalho. Nas usinas visitadas, alguns trabalhadores demonstraram certa desolação ao falarem sobre a distância de suas casas. Também afirmaram que, nos dias de folga, têm como diversão a frequência em bares e casas de prostituição. As duas situações, que podem soar como contraditórias (saudades de casa e busca por prostitutas), estão interrelacionadas, pois o sentimento pode ajudar a compreender a ação. As descrições abaixo ilustram esses elementos:

*Já na roça encontramos cortadores que são de Ituberá (Bahia), que reclamaram da alimentação e de não estarem recebendo os comprovantes de produção (chamados de “pirulitos”) e, por isso, não sabiam quanto produziram. Eles relataram que têm uma folga por semana e que um ônibus da usina os leva para a cidade.*

*Quando perguntamos de uma forma descontraída sobre como passam longo período sem namorar, a resposta foi quase imediata: “A gente recebe e guarda um pouco pra ir na casa das mulheres na cidade”. Na cidade, existem aproximadamente 15 casas de prostituição. Os trabalhadores relataram, ainda, que sentem muita falta da família. (RC-NAS)*

\*\*\*\*\*

*Os trabalhadores vindos do Nordeste têm um contrato de nove meses e a cada seis dias trabalhados têm uma folga. Pergunto o que eles costumam fazer nos dias de folga. Um deles, de 25 anos, conta: “Ah, vamos até a cidade pra divertir na lanchonete, no mercado”. Peço a ele que me explique um pouco dessa diversão. Ele fala: “Ah, o senhor sabe né, todo esse tempo aqui sem ninguém, não tem quem aguente”. Diz que vão sempre ao barzinho onde estão as mulheres, mas que “a maioria delas é feia”. “É melhor pagar 50 reais e pegar um corinho filé”, diz. Pergunto a ele se tem “menininhas novas”. Ele responde que sim. “O que manda é o dinheiro”, diz.*

*Enquanto conversava com os trabalhadores, pude notar, de modo geral, uma profunda tristeza quando falavam da família. Um deles, ao ser perguntado sobre a família, disse: “Ah, sinto falta né, sinto saudade”. Em seguida, parou de falar e abaixou a cabeça. (RC-NA)*

Como estratégia metodológica, os municípios foram visitados em dois momentos: em semanas diversas durante três meses (abril a junho) e em período de pagamento das usinas, na segunda semana de julho. Nesse segundo momento, pôde-se verificar, de modo geral, movimento acentuado nos bares, com presença de trabalhadores. Os fragmentos abaixo tratam disso:

*Ao lado desse bar, havia outro mais movimentado, com aproximadamente 30 homens – a maioria, trabalhadores de usina (segundo contaram o proprietário do bar e um dos clientes). “É que hoje saiu o pagamento”, explicou um cliente.*

(...)

*Esse bar era mais bem estruturado que o anterior. Tinha uma pequena varanda na entrada, onde havia duas mesas. No interior, havia outras duas mesinhas, além de uma mesa de sinuca e um sofá no formato de “L” encostado em duas paredes. O atendimento era feito por um homem e uma mulher. Ele ficava com as chaves dos quartos e as entregava quando solicitado pelas trabalhadoras sexuais. Elas eram jovens, mas não seriam adolescentes. Havia seis trabalhadoras, além de outras que estavam nos quartos (segundo disse o cliente entrevistado).*

(...)

*No dia seguinte, saí no início da tarde, por volta das 14h. Todos os bares já estavam abertos, com alguns clientes. (RC-2M)*

As relações sexuais dos trabalhadores das usinas não se restringem aos programas realizados com as trabalhadoras sexuais. Alguns namoram outras mulheres da localidade, chegando a morar com elas. Essa relação tem a duração do período de contratação na usina. Terminados os contratos de trabalho, a maioria desses homens retorna para suas cidades e deixa, por vezes, as mulheres grávidas, conforme afirmações feitas durante o período de observação e no colóquio. As crianças, que nascem desses relacionamentos e que ficam apenas com as mães, são chamadas de “filhos da cana” ou “filhos da safrinha um, dois...”. Essa situação é descrita em pelo menos um dos relatórios, conforme trecho a seguir:

*Segundo a conselheira, alguns trabalhadores das usinas mantêm relações maritais com mulheres do município. Findos os contratos de trabalho, esses homens retornam para suas cidades e deixam, por vezes, as mulheres grávidas. “Nós chamamos essas crianças de filhas da cana”, afirmou. (RC-RB)*

Há, ainda, um terceiro tipo de relacionamento sexual envolvendo os trabalhadores e, de modo específico, adolescentes. Quando não há alojamentos nas usinas, os trabalhadores alugam quartos, agrupados em modestos pavilhões. Nesses lugares, alguns realizam encontros com adolescentes, assunto a ser tratado na seção sobre a presença de crianças e adolescentes no mercado sexual.

### 5.2.2 Trabalhadoras Sexuais

Enquanto o movimento de trabalhadores não-indígenas (cortadores de cana de açúcar) obedece ao fluxo Nordeste/Centro-Oeste, os movimentos das trabalhadoras sexuais, identificados na pesquisa, foram os seguintes: de outras cidades de Mato Grosso do Sul, do Paraná e do Paraguai, para os municípios com usinas. Elas também realizam, com frequência, movimentos para fora dos municípios. Algumas partes dos relatórios mencionam esses deslocamentos:

*Conversei com uma profissional, que disse se chamar Simone. O programa dela custa de R\$ 15 a R\$ 30. Ela disse que estava ali há algum tempo e tinha vindo de outra cidade do Estado. Ela não tem local, porque atende caminhoneiro. (RC-2M)*

\*\*\*\*\*

*Quando perguntamos qual o lugar para encontrar mulheres, elas respondem que o melhor ponto é no posto de combustíveis da localidade, mas que naquela semana seria difícil, pois a maioria das profissionais tinha viajado para o Paraná. (RC-NA)*

\*\*\*\*\*

*Uma mulher veio me atender, pediu uma cerveja. Disse que veio do Paraná. Atendia no bar, mas não morava ali. Falou que cobrava o mínimo de R\$ 30 para atender ali. (RC-2M)*

\*\*\*\*\*

*As trabalhadoras sexuais estavam sentadas do lado de fora, conversando. Passei por elas e perguntei sobre a eventual presença de adolescentes na prostituição. Elas disseram não saber sobre isso, pois eram novas na cidade. Tinham vindo de diferentes municípios do interior do Estado. Uma delas chegara havia poucos dias. (RC-2M)*

\*\*\*\*\*

*A entrada no primeiro bar foi estimulada por um convite de uma trabalhadora sexual, com cerca de 30 anos. Depois, conversando com ela, fiquei sabendo que era paraguaia. “Olá”, abordou com sotaque, enquanto eu caminhava por uma rua pouca iluminada nas proximidades da rodoviária. Cumprimentei de volta. (RC-2M)*

Com relação às trabalhadoras paraguaias, houve dois registros de situações de possível tráfico de pessoa. Os casos foram observados em Nova Alvorada do Sul e em Maracaju. Na primeira cidade, uma fonte informou sobre um casal que regularmente busca mulheres no Paraguai para se prostituírem no Brasil. Em Maracaju, uma trabalhadora sexual relatou que fora trazida do Paraguai sob falsa promessa de emprego; depois, foi obrigada a se prostituir. Seguem os relatos:

*Sobre as meninas que eu imaginei serem indígenas, minha tia disse que são, na verdade, paraguaias. Ela contou que há, na cidade, um casal que regularmente traz de carro meninas do Paraguai. (RC-2M)*

\*\*\*\*\*

*Entramos em uma dessas casas por volta das 22h30 e fomos atendidos por uma mulher que servia bebidas. Logo em seguida pedi uma bebida. Nesse instante, uma garota se aproxima e pergunta se poderia me acompanhar. Eu digo que sim e sugiro que fôssemos a uma mesa mais reservada para que pudéssemos conversar. Depois de algum tempo de conversa, pergunto se ela tem muitas amigas na cidade. Ela responde que não, pois havia sido trazida do Paraguai pela dona da casa. Disse, ainda, que o mesmo aconteceu com outras meninas que trabalham no local. “Como isso acontece?”, pergunto. Ela diz que a sobrinha da proprietária da casa vai semanalmente ao Paraguai e oferece serviço às meninas, dizendo ser apenas por uns dias, mas que, chegando ao local, são obrigadas a se prostituírem.*

*Daiane [nome fictício] tem 19 anos e tem um filho de três anos, que mora com a avó. Na ocasião deste relato, fazia 20 dias que estava na casa de prostituição. Ela diz que pretende sair de lá assim que arrumar um homem que possa cuidar dela e lhe dar uma casa para morar. (RC-M)*

As entrevistas com as trabalhadoras sexuais foram feitas em bares e nas ruas, em locais que realizam encontros para os programas. Conforme os registros de campo, as que trabalham em bares e casas de prostituição moram nesses locais ou apenas os usam para a realização dos programas – as que moram (ao menos por algum período) são as trabalhadoras vindas de outras cidades. Nos dois casos (morando ou apenas usando o local para fazer programa), elas têm de pagar taxas com valores variáveis aos donos das casas pelo uso do quarto. O faturamento com a venda de bebidas também tem grande colaboração das trabalhadoras sexuais. Elas devem sempre fazer os clientes consumirem bebidas, as quais são comercializadas por valores acima da média dos mercados locais.

De modo geral, as trabalhadoras sexuais dos municípios pesquisados cobram entre R\$ 15 e R\$ 50 pelos programas, conforme os relatos de campo. No entanto, em alguns casos, segundo os relatos, esses valores podem ser muito maiores. Essa elevação se associa a critérios de beleza e idade, segundo falas de diferentes sujeitos de pesquisa. Nesse sentido, ser adolescente pode representar acréscimo no valor do programa. Também foi identificada situação em que o preço tende a cair. Nesse caso, além dos critérios ligados à beleza e à idade, há uma desvalorização pautada em preconceito geral contra as paraguaias, chamadas por outras trabalhadoras sexuais de “bugras”. Em um dos relatos, essa situação fica explícita: “Ela reclamou do preço, dizendo que ‘o problema é que tem umas bugrinhas que cobram muito pouco’. Isso puxaria os preços para baixo”.

### 5.3 PRÁTICAS SEXUAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

No debate sobre a presença de crianças e adolescentes no mercado do sexo, situa-se no campo do dissenso a ocorrência ou não de exploração sexual quando a pessoa com menos de 18 anos realiza programas sexuais sem a intermediação do agenciador. Nesse sentido, a atribuição de exploração sexual a algumas situações observadas ou relatadas por entrevistados neste estudo resulta de tomada de posição frente ao debate em pauta.

No decorrer do estudo, foram coletadas informações e registradas observações de diferentes práticas sexuais com participação de adolescentes. Dessas práticas, não serão consideradas, neste relatório, as que se caracterizam, explicitamente, como abuso sexual – com violações de direitos sexuais sem nenhum tipo de troca material e/ou simbólica.

Fora os casos nitidamente de abuso sexual, foram identificadas, em relatos e observações, as seguintes práticas e possibilidades de práticas sexuais com participação de crianças e adolescentes<sup>11</sup>: 1) programas sexuais com pagamento material sem intermediações explícitas; 2) programas sexuais com pagamento material intermediados por trabalhadoras sexuais adultas, donos de casas de prostituição ou outro tipo de ambiente fechado e pela família da adolescente; 2) práticas sexuais sem o pagamento em espécie, mas com outras trocas materiais (“presentes”); e 4) práticas sexuais realizadas em quartos das repúblicas dos trabalhadores das usinas sem aparente pagamento material.

Essas formas serão consideradas exploração sexual, embora nem todas sejam comerciais em seu sentido estrito, isto é, prática sexual mediante pagamento material. O conceito de exploração sexual construído para as análises dos resultados deste e dos demais estudos do projeto Fortalecimento do COMCEX-MS abarca todos os relacionamentos sexuais nos quais é manifestado algum tipo de poder de um indivíduo adulto sobre criança ou adolescente, com pagamento material e/ou simbólico pela relação sexual. Nesse sentido, o programa sexual sem intermediários e os encontros sexuais de meninas com os trabalhadores nos quartos das repúblicas são tomados aqui como exploração sexual. Nesses casos, o pagamento tende a ser simbólico, provocando uma percepção ilusória de *status* pela adolescente sexualmente explorada.

Esse conceito abrangente de exploração sexual de criança e adolescente comporta, de modo associado, os seguintes elementos: relações desiguais de força, vivência dos direitos humanos sexuais, as particularidades dos diferentes momentos do desenvolvimento da

---

<sup>11</sup> Todos os casos observados são referentes a crianças e adolescentes do sexo feminino.

sexualidade, situações provocadoras de suscetibilidades e a percepção da ocorrência dos relacionamentos sexuais necessariamente dentro de (e provocados por) contextos maiores. Isso permite compreender, por exemplo, que a prática sexual supostamente provocada pela adolescente tende a ser exploração sexual, uma vez que o adulto se encontra num momento da vivência sexual distinto do da adolescente, que passa por transformações físicas e psíquicas relativas à puberdade.

### **5.3.1 Práticas Sexuais com Pagamento Material sem Intermediários**

Algumas anotações dos relatórios de campo são apenas indicativas e não conclusivas, por se basearem em relatos de profissionais da rede de atenção à criança e ao adolescente e de moradores diversos. Outros registros, entretanto, constataam possibilidades concretas de ocorrência de prática sexual com crianças e adolescentes por meio de observações realizadas em locais de prostituição e nas imediações desses locais.

A realização de programas sexuais pagos com e sem intermediações e os encontros sexuais com trabalhadores das usinas nos quartos das repúblicas aparecem, nos relatórios, nas falas de diferentes fontes e nas observações.

Já foi mencionada anteriormente uma situação na qual uma comerciante relata ao pesquisador parte da dinâmica da exploração sexual. Conforme o relato, as meninas fazem os programas sexuais em locais escuros e distantes. São lugares onde há muitas chácaras: *“Os homens ficam nos carros mesmo. As meninas já nem são mais levadas para lá. Elas já fazem ponto lá no lugar mesmo, na frente das chácaras, que são lugares escuros”*, afirma o relatório. Pela descrição da fonte, as meninas não seriam agenciadas. Essa aparente autonomia não excluiria tal situação da condição de exploração sexual, conforme conceito que fundamenta este trabalho. Em sua abrangência, esse conceito considera diversos fatores de vulnerabilidades; não se restringe ao tipo de relação e contrato firmados interpessoalmente.

Também há registro de situação de exploração sexual em local menos isolado. Segundo informou uma trabalhadora sexual, algumas adolescentes ficam em lugares que funcionam como depósitos de bebidas, onde combinam os programas sexuais. Nesses casos, não existiria a figura do agenciador. No relatório do colóquio, também é citado um comentário sobre a presença de adolescentes em depósitos de bebida.

### 5.3.2 Práticas Sexuais Intermediadas e com Pagamento Material

A maioria das situações anotadas diz respeito à realização de programas mediante intermédio do agenciador, sendo que as adolescentes não ficam nos bares, mas em suas próprias casas, com suas famílias. Mas há registro de práticas sexuais pagas e agenciadas realizadas por crianças e adolescentes em boates ou em outro local fechado. Sobre esse segundo modo (mais explícito) de situação de prostituição envolvendo adolescentes, pode ser citado o trecho seguinte:

*A trabalhadora sexual aparentava ter entre 30 e 35 anos. Início a conversa demonstrando interesse por seus serviços. Digo que tenho dois amigos, que também estão interessados, mas por meninas “mais novas”. Ela conta que há duas meninas, uma de 15 e outra de 17 anos, que podiam ser encontradas no que ela chamou de “Casa Vermelha”. (RC-NAS)*

Foi registrado também um caso de exploração sexual que parece não ser visto com a gravidade que o caracteriza, segundo análise das observações e entrevistas. Este caso está supracitado. São meninas (pelo menos cinco) entre dez e 13 anos que fazem programas sexuais em uma chácara e seriam agenciadas por um homem. Segue trecho do relatório:

*Logo após a saída das meninas e da mãe, a entrevistada me fala que as meninas fazem ponto na chácara de um homem. Além das duas garotas, haveria pelo menos outras três, entre dez e 13 anos. As meninas fariam os programas sexuais dentro da casa, aliciadas por ele.*

*(...)*

*Com as informações que tínhamos coletado, procuramos e encontramos a tal chácara. É um lugar bastante arborizado, cercado de arame farpado. A casa é simples. Fica à margem da MS-134, que liga o distrito de Casa Verde a Nova Andradina”.*

Além da realização dos encontros, negociações e programas com adolescentes em locais fechados e destinados à prostituição, há situações de agenciamentos, nas quais as meninas ficam em suas casas e são contatadas por intermediadores. Os agenciadores são pessoas ligadas a hotéis, trabalhadoras sexuais adultas e donos de boates. Também haveria intermediação da família da adolescente.

A citação abaixo corresponde a uma informação coletada que indica a possível existência da oferta de serviços sexuais em um hotel.

*Do outro lado da BR, tem um hotel, onde, conforme me disseram, fica o pessoal mais qualificado da usina. Ali tem um serviço que oferece garotas, mas elas não residem na cidade. São de outras cidades próximas. As*

*meninas moram em suas casas e as famílias talvez nem saibam que fazem programa. São recrutadas por encomenda. (RC-2M)*

Situação semelhante foi mencionada no colóquio. O entrevistado refere-se à região de Dourados, que engloba, entre outros municípios, Maracaju, Nova Alvorada do Sul e Rio Brilhante (Nova Andradina e Sidrolândia não estão nessa microrregião). Segue trecho do relatório referente a esta fala:

*Chegam muitas denúncias da região de Dourados sobre homens que vão para os hotéis e se comunicam com as cafetinas que já têm contato com donos de motel. Outra coisa comum que acontece são as mães que aliciam as filhas. E os caras vão na própria casa da menina pra buscá-la. Essa situação você não vai encontrar só no prostíbulo, você vê dentro de casa. (RCo)*

Percebe-se na parte final da fala uma situação que foi comentada por outros sujeitos de pesquisa. Trata-se do que foi considerado como agenciamento da adolescente pela mãe. É interessante notar que a remissão é feita à mãe e não ao pai ou à família. Esse aspecto do discurso foi repetido em outros estudos do projeto Fortalecimento do COMCEX/MS e se relaciona, conforme discussões realizadas nas reuniões de sistematização e análise dos dados, a um forte pensamento que atribui às mulheres a exclusividade pela condução da vida dos filhos; por decorrência, são vistas como negligentes quando as filhas estão na prostituição ou, quando o dinheiro dos programas é entregue aos pais, tornam-se sempre as únicas exploradoras das filhas (os homens são desculpados pela exploração).

Os programas com adolescentes também podem ser agendados na rua com intermediações de trabalhadoras sexuais. Essa situação pode ser observada, por exemplo, no trecho: “*Eu disse que queria ‘carne nova’.* Ela me respondeu: *‘quando você quiser vem antes e combina. A gente vai até a sua casa’*”, afirma o pesquisador no relatório.

Em outro município, há registro de situação semelhante. A cena se passa perto de um bar, que funcionava no momento da observação, mas com as portas fechadas. Havia um fluxo de trabalhadoras sexuais e o lugar estava pouco iluminado. Um detalhe importante: havia, no local, uma adolescente com roupas simples, sem a produção das trabalhadoras sexuais do lugar, mas que fazia programa. Segue o trecho do relatório:

*Encontrei Ana [trabalhadora sexual jovem; o nome é fictício] na noite quinta-feira em frente a um velho e pequeno bar, que estava com as portas fechadas, mas não trancadas, e com as luzes internas acesas. Ana e outras mulheres entravam e saíam do bar, sempre com o cuidado de deixarem as*



*portas fechadas. Podiam-se ouvir vozes masculinas vindas de dentro do estabelecimento. As ruas, nas imediações do bar, eram pouco iluminadas. A esquina, onde estava o bar, era quase toda escura. Notei a presença de uma menina com idade aparente entre 13 e 15 anos.*

*Simulando interesse por um programa, perguntei à Ana a idade da garota com aparência de adolescente. Segundo Ana, a menina tinha 16 anos. “Mas ela faz programa?”, questionei. “Claro!”, respondeu Ana. A adolescente permanecia calada ao lado de Ana, não demonstrando reação contrária à afirmação de que faria programa sexual.*

*Perguntei à Ana se ela poderia conseguir outras garotas com menos de 18 anos. Especifiquei a quantidade e a idade: quatro meninas de 15 anos. Expliquei que as garotas seriam também para um amigo.*

*Ana disse que poderia conseguir outras adolescentes. Em seguida, apresentou suas condições: cada programa custaria R\$ 30 e o dinheiro deveria ser entregue para ela. “Eu tomo conta delas”, justificou-se, completando que não permite que ninguém as engane. Também disse que não ofereceria garotas com menos de 15 anos. “Se eu quiser, eu até consigo meninas com menos de 15, mas não faço. Só de 15 a 17”, disse. Salientou: “Hoje eu não tô bem arrumada... nem ela [apontou para a adolescente]. Mas quando você vê como a gente e as outras meninas ficam arrumadas, você vai achar que até são outras pessoas. A gente coloca um shortinho bem curtinho, bem bonitas mesmo!”.*

*Eu quis saber com quem moravam as tais adolescentes. Ana respondeu que todas viviam com os pais. Perguntei se ela não teria dificuldade de tirar as meninas de casa. Ela riu e respondeu: “Sou uma santa. Você entende?” Explicou que as famílias jamais desconfiaram dela, por ser considerada amiga das meninas. Ela contou como costuma chamar as adolescentes. “Eu chego na casa delas e falo assim: ‘vamo ali tomar um sorvete?’”, disse. (RC-RB)*

Trecho de outro relatório descreve a possibilidade concreta de realização de um programa sexual com uma adolescente mediante intermediação da gerente de uma boate, pertencente a um policial. Eis o fragmento:

*Caminhei algumas quadras e fui chamado por uma mulher. “Não quer ‘abrir’ o bar?”, perguntou ela, convidando-me para ser o primeiro cliente do dia. Eram cerca de 16h. No local, havia quatro trabalhadoras, todas jovens. A mulher me ofereceu cerveja, mas recusei. “Estou andando pra escolher um lugar pra ir à noite”, aleguei. Disse, ainda, que a cidade parecia bem movimentada. A mulher afirmou que tal movimento é comum quando os trabalhadores das usinas recebem seus pagamentos.*

*Para me convencer a optar por seu estabelecimento, a mulher me mostrou as trabalhadoras sexuais e me levou até os fundos. No quintal, relativamente espaçoso, havia patos e galinhas. Do lado direito (de quem está entrando), estavam os quartos – as portas estavam abertas. “Aqui é bem aconchegante”, disse a mulher. Nos quartos, havia algumas trabalhadoras dormindo. Eu perguntei sobre a faixa de idade das mulheres. “Olha, aqui tem de várias idades, mas se você preferir mais novas eu posso arranjar”, prometeu. Perguntou se eu estava sozinho na cidade e eu disse que tinha um*

*colega de trabalho comigo. “Ele pode vir com você de noite que aqui tem meninas muito bonitas pra vocês”.*

*Disposta a fechar um programa, a mulher ofereceu a sua irmã de 17 anos. “Ela é linda. Loira, de olhos claros. Você vai gostar muito dela. Mas aí é mais caro. Eu não sei quanto ela cobra, mas é mais caro”, disse. Para confirmar a veracidade da propaganda, a mulher tentou mostrar uma foto. “Eu tenho uma foto dela no celular, mas eu não sei mexer direito nesse aparelho aqui. Vou pedir pra uma das meninas”. Ela levou o telefone para uma das garotas e eu permaneci perto da porta dos fundos, de onde pude ouvir um comentário vitorioso, de quem está prestes a fazer um bom negócio. “Acha a foto pra mim. Olha, ele vem hoje à noite com o amigo dele. Viu, é conversando que a gente se entende”, disse a mulher.*

*Simulando receio quanto à minha segurança, eu quis saber: “Não é perigoso fazer programa com uma adolescente?” A resposta da mulher ajudou a desvelar uma faceta do mercado do sexo local, que foi reforçada em conversas posteriores com pessoas da rede de atenção à criança e ao adolescente: a convivência ou mesmo participação de parte da polícia nesse mercado. “Você pode ficar tranquilo. Aqui é bem seguro. O dono daqui é um policial. Ninguém se mete a besta aqui não”, disse. (RC-2M)*

### 5.3.3 Prática Sexual com Pagamento Material e/ou Simbólico

Os relatórios também apontam a existência de outra prática sexual com adolescentes. Trata-se de encontros realizados nos quartos de trabalhadores das usinas. Esses quartos são reunidos em espaços denominados, comumente, de repúblicas dos trabalhadores. São moradias bastante simples, que funcionam como dormitórios. Abaixo, é citado trecho de um relatório relativo à fala de uma pessoa da rede de garantia de direitos:

*Quando pergunto se poderia haver alguma relação entre os trabalhadores das usinas com esses casos, ela afirma que não sabe, mas que possivelmente poderia, pois é “de conhecimento de todos que estes trabalhadores moram na cidade em repúblicas, onde fazem festinhas e convidam meninas”. (RC-M)*

Os encontros de adolescentes com trabalhadores nos quartos das repúblicas também foram mencionados no colóquio. “Essa situação de exploração sexual é muito comum nos quatinhos de trabalhadores das usinas”, afirmou uma das entrevistadas, conforme o relatório do evento.

No município de Sonora<sup>12</sup>, uma trabalhadora sexual descreveu como geralmente os encontros acontecem. Conforme ela, adolescentes e trabalhadores das usinas (comumente,

<sup>12</sup> Sonora, que também tem usinas, não está no recorte acerca dos impactos da presença do setor sucroalcooleiro sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. No entanto, este município foi pesquisado no estudo do projeto Fortalecimento do COMCEX/MS relativo à exploração sexual de crianças e adolescentes na rodovia BR-

jovens) ficam em rodinhas nas esquinas conversando do fim da tarde ao início da noite. “*Quem olha, acha que são só amigos conversando*”, salientou. “*Mas, de repente, você começa a notar que aos poucos o grupo vai se desfazendo. Quem presta atenção, vê que algumas meninas não vão direto pra casa. Elas vão, primeiro, pras repúblicas dos trabalhadores. Ficam lá por um algum tempo e depois saem pra ir pra casa. Já vi muito disso. E sei o que elas fazem lá*”. A boate, onde fica a trabalhadora sexual, é cercada de repúblicas de trabalhadores.

Os trabalhadores, sobretudo no período de pagamento, possibilitam às adolescentes condições de consumo incomuns em seus cotidianos. De acordo com informações levantadas em campo, alguns trabalhadores “namoram” as adolescentes, propiciando-lhes atividades de lazer nos limites das realidades locais, como comer à vontade em lanchonetes. Essa situação tende a provocar, na adolescente, impressão de *status* diverso da realidade de seu dia a dia. Nesse sentido, o pagamento pela exploração sexual é mais simbólico que material.

#### 5.3.4 Violações de Direitos e Abrigamento

Além das situações relativas a práticas sexuais de crianças e adolescentes coletadas em observações e entrevistas, foram registrados casos de duas meninas abrigadas em decorrência da violação de seus direitos sexuais. Os registros foram feitos em um abrigo de um dos municípios pesquisados, onde estão crianças e adolescentes que sofreram violência sexual. Uma das meninas é uma indígena Guarani-kaiowá, vendida pelo pai por R\$ 10 mil para um homem não-indígena. A outra é uma garota negra, que começou a ser explorada sexualmente com dez anos. Nas duas situações, a exploração sexual foi precedida pelo abuso. O trecho abaixo se refere à história da menina indígena:

*Na manhã do dia seguinte, retornei ao Conselho Tutelar para buscar outras informações sobre os casos levantados. A assistente social contou que a adolescente indígena (que chamarei pelo nome fictício de Jéssica) residia com os avós paternos e que era abusada desde sete ou oito anos por seu avô. Os pais da indígena agiam com indiferença a essa situação. Ao chegar à adolescência, Jéssica foi vendida pelo pai a um homem não-índio de cerca de 50 anos. O valor do negócio foi de R\$ 10 mil.*

---

163. As afirmações da trabalhadora sexual foram feitas durante visita a esse município por conta da pesquisa pertinente à BR-163.

*Ao tomar conhecimento do caso, o Conselho Tutelar realizou os procedimentos para o abrigamento da adolescente. Enquanto ela era levada para fazer os exames, contou que o homem, com o qual vivia, lhe comprava muitas coisas, como refrigerantes, lanches e roupas. O tempo em que a menina permaneceu na casa desse homem teria sido de um dia, segundo ela informou. Mas acredita-se que Jéssica tenha ficado bem mais de um dia na casa do homem, uma vez que ela mencionou, com seu Português muitíssimo limitado, situações que não poderiam ter acontecido em um só dia. Como a menina ficou abrigada, o homem que a comprou passou a exigir o seu “direito de comprador”. O pai da indígena e o homem que a comprou viviam perseguindo a menina quando ela saía da casa. (RC-RB)*

As anotações que se seguem dizem respeito à outra adolescente com os direitos sexuais violados:

*Segundo os documentos, Paula [nome fictício] começou a ser violada sexualmente por um vizinho, que a conhecia desde que era uma criança. No interrogatório, o autor afirma que passou a ter relação sexual com a menina no ano de 2004, não recordando o mês – naquele ano, Paula completara 11 anos em agosto, o que significa que a violência possivelmente teve início quando ela tinha dez anos. Na mesma época, o autor tinha 54 anos. Ele também declarou que acreditava que a mãe da criança não tivesse conhecimento da situação.*

*Com 13 anos, a menina passou a ter relações sexuais com um vizinho, que tinha 70 anos. Embora esse homem tenha afirmado, no interrogatório, que não pagava pela relação sexual (excetuando um aparelho celular que “deu de presente” à menina), foi apurado pelo Conselho Tutelar que ele dava R\$ 50 à adolescente sempre que fazia sexo com ela. Este homem alegou também que era a menina quem o procurava em sua casa, que ela se estirava no sofá, insinuando-se para ele.*

*Após essas situações, a adolescente começou a ser aliciada por uma mulher da cidade. Consta que a mãe de Paula sabia que a filha frequentava a casa de uma “amiga” (termo usado pela mãe), a qual promovia festas com a presença de outros adolescentes. Também disse desconfiar que, no local, havia consumo de drogas e prostituição. Considerando o ano do registro (2007), Paula tinha, então, 14 anos. (RC-RB)*

A história da menina Guarani porta a especificidade da sua conversão explícita a uma mercadoria – o que é considerado, embora não consensualmente, como uma característica própria de tráfico de pessoa. Para além dessa particularidade, a violência sofrida pela garota indígena se aproxima das violações das outras meninas constantes das observações e entrevistas. No caso da adolescente Guarani, a exploração sexual se manifesta, por exemplo, com os “pagamentos” em forma de refrigerantes, lanches e roupas.

A segunda história também traz semelhanças com as dinâmicas de prostituição e com discursos notados nas observações e nas entrevistas. A menina recebia pagamentos em dinheiro e “presentes” pela prática sexual. Ela era considerada pelos homens que a exploraram sexualmente uma menina familiarizada com o universo da prostituição – por essa

mentalidade, a adolescente se insinuava para os homens adultos, que permaneceram em seus papéis de homens e fizeram sexo com ela.

Como os demais, esses dois casos ocorrem em territórios marcados por intenso mercado sexual. Essa circunstância tende a provocar pensamentos de naturalização sobre o uso de meninas em práticas sexuais. Isso pode ajudar a compreender, por exemplo, a resolução de um homem (que não é rico) de investir um valor considerável para fazer sexo com uma criança indígena. As violações dos direitos humanos sexuais das duas meninas abrigadas acontecem em meio a esse cenário de ideias que enxergam nas adolescentes as impulsionadoras das relações sexuais.

O pensamento de naturalização e de culpabilização de adolescentes pela exploração sexual não se limita, evidentemente, aos municípios estudados e nem é unívoco nesses lugares. No entanto, como qualquer ideia, o pensamento suscitado e fortalecido nos espaços estudados não surge do nada, mas resulta das condições materiais construídas nesses locais. Entre essas condições materiais, têm destaque, nos últimos anos, as referentes às alterações provocadas pela instalação de usinas de cana de açúcar.

#### 5.4 EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A REDE DE ATENÇÃO

Após essas considerações, é necessário fazer um deslocamento para discorrer sobre a rede de atenção à criança e ao adolescente dos municípios pesquisados. Os materiais coletadas em campo mostraram grande distância entre o trabalho desenvolvido por essa rede e a situação de exploração sexual. Os registros da prática dessa violação são quase inexistentes em delegacias, conselhos tutelares e nos centros de referências. No entanto, foram observadas e relatadas, por várias fontes, dinâmicas diversas de práticas sexuais com envolvimento de crianças e adolescentes, como já tratado acima.

Em Rio Brilhante, não havia, no Creas e no Conselho Tutelar, registro recente de exploração sexual de crianças e adolescentes, na ocasião do levantamento. Nesta cidade, no entanto, foi encontrada, com relativa facilidade, uma adolescente perto de uma casa de prostituição e que aceitaria fazer programa sexual. Também há facilidade de contatar meninas para serem prostituídas. Ainda, em Rio Brilhante, há um abrigo com adolescentes, que foram

abusadas e/ou exploradas sexualmente. As meninas abrigadas passaram, necessariamente, pelo Conselho Tutelar, mas os casos não figuraram como exploração sexual.

Em Maracaju, o pesquisador foi informado, na delegacia, que não havia registro de exploração sexual de criança e adolescente. O delegado salientou, ainda, que é feito um trabalho em rede de enfrentamento à exploração sexual. Entretanto, outras fontes (pessoas da rede e moradores diversos) enfatizaram grande frequência de meninas em situação de prostituição. Afirmarções desse tipo foram repetidas durante as observações, momento no qual os pesquisadores também levantaram possibilidades concretas de realização de programas sexuais com adolescentes.

Em Nova Alvorada do Sul, uma profissional do Creas lembrou-se de o órgão ter atendido um caso de exploração sexual. No Conselho Tutelar, haviam sido registrados somente três casos de abuso sexual nos últimos seis meses (considerando a época do levantamento – abril de 2009). E na delegacia, havia registro apenas de atentado violento ao pudor. Porém, nessa cidade, haveria, ao menos, duas adolescentes em situação de prostituição em uma boate, segundo informou uma trabalhadora sexual. Apesar dos registros desconstruídos nos órgãos, o delegado salientou: “nós sempre procuramos atuar em parcerias”.

Em Sidrolândia, não há registro de exploração sexual no Creas. Um policial chegou a dizer ao pesquisador que sequer existiria prostituição adulta. Segundo essa fonte, a polícia e a prefeitura acabaram com um quadrilátero, onde estavam instaladas as casas de prostituição. “A rede de prostituição ficou no passado”, disse o policial. Mas o pesquisador ouviu de fontes não-institucionais que a presença de meninas na prostituição é acentuada e que haveria envolvimento de pessoas com elevada posição social e financeira. Conforme um taxista, as adolescentes são buscadas em suas próprias casas para realizarem programas sexuais.

Em Nova Andradina, a questão não está na invisibilidade da exploração sexual de crianças e adolescentes. Essa violação é bem notada pelas pessoas da rede. A questão se centra em perceber a violência como inevitável e impossível de ser enfrentada. Uma delegada afirmou, por exemplo, que há “gente grande” envolvida na exploração sexual e que isso faz com que os casos sejam abafados e os responsáveis, impunes. Nesse município, está o distrito de Nova Casa Verde, onde foi verificada a ocorrência de programas sexuais por crianças e adolescentes. Entre essas meninas, estão duas irmãs (de dez e 12 anos), que estão na malha da rede e seguem atendidas e violadas, violadas e atendidas.

Durante o colóquio, os participantes – em grande parte, pessoas que integram a rede de atenção à criança e ao adolescente – discutiram sobre as dificuldades para perceber e enfrentar

a questão da exploração sexual. As dificuldades apontadas foram: distância física dos locais onde ocorrem as situações de exploração sexual; conivência de gestores municipais que se beneficiariam com a instalação de usinas; e falta de recursos e de infraestrutura.

Na condensação das falas, foi acrescentado pela coordenação do colóquio que a dificuldade de as pessoas enxergarem os problemas se relaciona também à dificuldade de admitirem aos de fora dos seus universos imediatos que seus lugares comportam características negativas. *“Não vemos os impactos também porque não gostamos de falar das coisas que dão errado nos nossos municípios. Não é gostoso ficar falando de coisas que não dão certo. Reportar à nossa realidade nos traz sofrimento...”*, comentou a coordenadora do colóquio, conforme relatório do evento.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer que seja o caminho escolhido, conhecer a realidade da exploração sexual de crianças e adolescentes e suas interrelações em determinado espaço empírico não é tarefa fácil. Entre os muitos recortes possíveis, este estudo buscou compreender a questão do ingresso e permanência de crianças e adolescentes em práticas sexuais como decorrências de alterações profundas produzidas em municípios sul-mato-grossenses por onde avança o setor sucroalcooleiro.

Tentar visualizar, nas realidades observadas, a existência dessa relação (crianças e adolescentes na prostituição e transformações concernentes à expansão do setor sucroalcooleiro) é um exercício complicado. Isso porque aprendemos a pensar o mundo ou nos eventos concretos e imediatos ou nos eventos gerais e mediatos, como se fossem autônomos, independentes. Estabelecer relações entre esses dois eventos se torna, portanto, difícil. Que relação poderia existir, por exemplo, entre a realização de programas sexuais por crianças numa chácara num distrito do interior de Mato Grosso do Sul e as mudanças suscitadas e/ou aprofundadas com a instalação de usinas no Estado?

Entender o mundo de modo sistêmico, considerando que as transformações globais ganham corpo nas localidades, colabora no esforço de esboçar o quebra-cabeça das relações entre práticas sexuais em lugarejos fora dos centros e os grandes empreendimentos projetados em escala mundial.

A relação não pode ser pensada linearmente, com a simplicidade do causa-efeito. As múltiplas relações que se estabelecem no mundo não são lineares. Não se pode inferir, simplesmente, que a menina de dez anos que faz sexo com um adulto na escuridão de uma chácara em um distrito de Mato Grosso do Sul apenas o faz porque o lugar se encontra numa região com concentração de usinas. Evidentemente, essa criança está inserida em situações de diversos níveis que a fazem realizar os encontros sexuais – razões com especificidades, cujos profundos conhecimentos fogem do objetivo e das decorrentes escolhas metodológicas deste estudo, o qual não segue uma epistemologia vertical (não buscando, portanto, conhecer casos particulares com aprofundamento de suas histórias).

Para não cair no determinismo da linearidade do causa-efeito, é preciso pensar, além do modo sistêmico, de forma dialética. A sociedade e as relações que nela se estabelecem resultam dos movimentos dialéticos entre produção material e produção de ideias. Os



pensamentos se manifestam, em seu menor nível, nas relações interpessoais, como nas trocas sexuais, veladas na escuridão, entre adultos e adolescentes em carros na frente de uma chácara em Casa Verde.

O setor sucroalcooleiro, planejado para o país concorrer no atendimento das demandas mundiais por biocombustíveis, expande-se em ritmo acelerado com colaboração governamental. Essa rapidez atropela as dinâmicas mais lentas existentes nos municípios de médio e pequeno porte (ou de pequeno porte antes e tornado de médio com a instalação de usinas). As mudanças resultantes desse processo são significativas: ligeiro crescimento populacional, formação de uma considerável população sazonal, fluxos migratórios, demandas não esperadas para as políticas públicas locais. Também se intensifica o mercado sexual, com aumento da quantidade de bares e maiores ofertas de serviços sexuais.

Essas transformações materiais impactantes criam novas configurações nos territórios, colaborando para a produção ou fortalecimento de determinadas ideias, que provocarão novas práticas – processo que não pode ser apreendido como sequencial e linear. Portanto, é preciso salientar que as pessoas não terão, como massas homogêneas, os mesmos pensamentos e nem praticarão ações idênticas. Evidentemente, trata-se de um processo de diversos delineamentos, nos quais alguns irão questionar as transformações causadas pela instalação de usinas, outros irão aplaudi-las e terceiros darão de ombros; alguns fortalecerão o pensamento de que as meninas estão cada vez mais “oferecidas”, porque passaram a ser vistas com mais frequência em práticas sexuais, outros serão mais cautelosos e perceberão alguma relação entre o aumento da prática sexual por adolescentes e a própria mudança da paisagem local, com um número maior de casas de prostituição.

Apesar das diversidades das produções de ideias, não há como negar que as mudanças materiais fomentadas com a instalação das usinas colaboram para a construção de pensamentos. De modo indicativo, pode-se afirmar que a situação de exploração sexual infanto-juvenil tende a se agravar com a formação ou fortalecimento de ideias prejudiciais a crianças e adolescentes, sobretudo às do sexo feminino – vistas como “putinhas” (como adjetivado por alguns homens presentes em uma situação registrada no estudo) – e que tais ideias prejudiciais são fortalecidas com significativa colaboração das alterações dos territórios do Estado, por onde se expande o setor sucroalcooleiro.

Essa afirmação só poderá ser conclusiva com o prosseguimento de outros estudos sobre a relação do setor sucroalcooleiro e exploração sexual, que dispensem atenção cuidadosa e crítica para a realidade material e ideal dos territórios em transformação. Essa é uma tarefa relevante para todos os promotores de direitos de crianças e adolescentes,

sobretudo os que atuam em Mato Grosso do Sul, por ser o Estado em evidência ao segmento de açúcar e álcool.

Por ora, tem-se o início do descortinamento das relações entre os impactos da expansão do setor sucroalcooleiro e situações muito concretas em suas desumanizações, como crianças que desconhecem os pais (os “filhos da cana”), crianças e adolescentes que “vendem” seus corpos em chácaras, meninas que frequentam depósitos de bebidas para realizarem encontros sexuais, que satisfazem trabalhadores de usinas em seus quartos precários, que recebem “presentes” pelo sexo, que são agenciadas dentro de suas próprias casas e que, quando protegidas, terminam abrigadas.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (Trad. de Mariza Corrêa). 7ª ed., Campinas: Papyrus, 2005.
- CANASAT: Mapeamento da cana via imagens de satélite de observação da Terra. Disponível em: <<http://150.163.3.3/canasat/>>. Acesso: mar. 2010.
- CONTAGEM da População 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/default.asp>>. Acesso: mar. 2010. Acesso: mar. 2010.
- DIÓGENES, Glória (org.). *Os Sete Sentimentos Capitais: Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*. São Paulo: Annablume, 2008.
- DOS SANTOS, Benedito Rodrigues. *O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil: uma análise de situação*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.
- IBGE Cidades@. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso: mar. 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. (Trad.: Luís Claudio de Castro e Costa). São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- O BRASIL dos Agrocombustíveis – Impactos das lavouras sobre a terra, o meio ambiente e a sociedade – Cana 2009. Disponível em: <[http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o\\_brasil\\_dos\\_agrocombustiveis\\_v6.pdf](http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf)>. Acesso: mar. 2010.
- LEVANTAMENTO Sistemático da Produção Agrícola. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso: mar. 2010.
- LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra e SOUSA, Sônia Maria Gomes Sousa (org.). *A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Brasil: reflexões teóricas, relatos de pesquisas e intervenções psicossociais*. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004; Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2007.
- PRODUÇÃO de Biocombustíveis. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/perfil/atividades/producao-biocombustiveis/>. Acesso: mar. 2010.

## APÊNDICE A

### Relatório de campo de Nova Alvorada do Sul

Pesquisador: Kenedy de Souza Moraes

Período: 14 a 16 de abril de 2009

No dia 14 de abril de 2009, por volta das 22h, visitei alguns pontos da cidade. Encontrei uma trabalhadora sexual que nas proximidades de um posto de combustíveis, onde havia grande fluxo de caminhoneiros.

A trabalhadora aparentava ter entre 30 e 35 anos. Início a conversa demonstrando interesse por seus serviços. Digo que tenho dois amigos, que também estão interessados, mas em meninas mais novas. Ela conta que tem duas meninas, uma de 15 e outra de 17 anos, que podiam ser encontradas no que ela chamou de “Casa Vermelha”. Pergunto se existem, na cidade, clientes que usam este tipo de serviço. Ela afirma que sim, mas somente “quando o pessoal recebe. O “pessoal” sobre o qual ela se referia são os trabalhadores das usinas. Em geral, eles vêm de outros lugares atraídos pelas oportunidades de trabalho e moram, em grupos, em casas alugadas, chamadas de repúblicas de trabalhadores.

\*\*\*

Na manhã do dia 15, visitamos o Conselho Tutelar e a Delegacia de Polícia Civil. Agendamos uma entrevista com o delegado para as 14h.

No Conselho Tutelar, conversamos com uma conselheira, que nos disse:

“Nos últimos seis meses, atendemos três casos ligados a abuso, espancamento, violência psicológica e exploração do trabalho infantil. Quanto aos procedimentos, nós fazemos o atendimento, conversamos com a vítima e encaminhamos para o Cras. Quando se trata de abuso procuramos diretamente a Delegacia de Polícia Civil”.

Perguntei se foi atendido algum caso envolvendo indígenas. Ela respondeu: “Atendemos um caso de abuso sexual, mas não estamos preparados para atender indígenas. Mas precisamos estar, porque existem tantos indígenas que moram aqui... Quando tem alguma capacitação, a Secretaria de Assistência Social não nos libera para irmos. Por exemplo, alguns dias atrás recebemos um convite para uma capacitação na aldeia de Caarapó, mas não fomos liberados”.

Com relação à presença de usina, ela afirmou: “Por conta do emprego é ótimo, porque antes tinha muitos homens que ficavam nas ruas sem emprego; agora trabalham nas usinas. Por outro lado, aumenta a violência, por causa das muitas pessoas que vêm de fora e que são pessoas desconhecidas.”

\*\*\*

Às 14h, conforme havíamos agendado, fomos à Delegacia de Polícia Civil e conversamos com o delegado Paulo Henrique de Sá. Ele afirma que, nos últimos meses, tem atendido apenas casos de atentado violento ao pudor. “Os casos são acompanhados pela Polícia Civil e Conselho Tutelar. Aliás, nós sempre procuramos atuar em parcerias”, salientou.

Pergunto se já passou pela delegacia algum caso de exploração sexual envolvendo indígenas. Ele responde: “Sim, mas é muito pouco. Acho que foram dois casos nos últimos seis meses. O último caso foi de atentado violento ao pudor”.

Busco saber quais são os casos mais comuns registrados na delegacia. Ele volta a dizer que são de atentado violento ao pudor. “Tivemos três registros desse crime. Também tivemos um caso em que uma menina daqui (Nova Alvorada do sul) foi levada por uma mulher para fins de exploração sexual.”

\*\*\*

Depois da delegacia, visitamos o Cras, onde conversamos com a assistente social Joice dos Santos Ferreira, que nos relatou o seguinte:

“Existem famílias que trabalham em carvoarias nesta região e vivem em condições precárias, pois moram em barracos, que ficam pertos dos fornos. Estão em situação de extrema vulnerabilidade e sujeitos a todo tipo de problemas. Nós aqui temos alguns projetos para atender alguns adolescentes, como, por exemplo, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) na zona rural que atende as áreas denominadas “Zuzu” e “Pana” (não tive informações relevantes a essas áreas mencionadas) e o Creas atende também essas famílias. Essas famílias são assistidas com auxílio-alimentação, Bolsa-Família, etc.”

Pergunto como ela avalia o trabalho desenvolvido. Ela responde: “Apesar das dificuldades que enfrentamos, avalio como bom... razoável, tem dado resultado”.

Pergunto também como ela avalia a instalação das usinas na região. “As usinas trazem muito serviço, mão-de-obra, porém vêm muita gente de fora e o nosso município não está preparado para receber essas pessoas. Os postos de saúde estão cada vez mais lotados, bem como outros órgãos públicos”.

\*\*\*

Depois, fomos ao Creas, onde fomos recebidos pela psicóloga Verusca Fernanda Albuquerque e pela assistente social Rosângela Rodrigues Lemos Tosta, que nos relataram as seguintes situações:

“Temos casos de carvoarias aqui, porém o nosso público não são os carvoeiros. O trabalho precário em carvoarias nós sabemos que existe, porém não podemos afirmar se crianças e adolescentes estão envolvidos com este trabalho. Quanto à exploração sexual não temos nenhum registro. Nós atuamos nos casos de carvoarias ou usinas quando somos procurados ou quando alguma denúncia chega até nós. Temos relatos aqui de homens que deixam as suas famílias e se instalam aqui na cidade por conta de trabalho. Quando os visitamos, eles reclamam da falta que sentem da família, sentem-se muito tristes.”

Pergunto sobre as usinas, a assistente social responde: “Eu tenho dois pontos de vista: o primeiro é que as usinas trazem emprego e desenvolvimento para a nossa cidade e para todo o Estado. Por outro lado, também traz problemas como poluição. A empresa não visa o crescimento do trabalhador, somente a exploração da mão de obra, pois os trabalhadores qualificados são limitados. Além do grande fluxo de pessoas de outras regiões aqui o que aumenta a demanda de serviços e o recurso continua em mesma quantidade”.

\*\*\*

No dia 16, juntamente com o MPT, fomos até a usina SAFI Brasil Energia Ltda., que está instalada nas proximidades de Nova Alvorada do Sul. Chegamos à sede desta e fomos recebidos pelo gerente-geral Roberto Júlio de Souza. Logo de início, o procurador do trabalho Cícero Pereira Rufino solicitou a documentação referente ao livro de registro, contratação, total efetivo de trabalhadores rural e industrial. Esta usina utiliza atualmente 568 empregados.

Sáimos da sede desta usina em direção ao campo onde se encontravam os cortadores. Estávamos acompanhados pelo gerente-geral e o advogado da empresa. Já na roça encontramos cortadores que são de Ituberá (Bahia), que reclamaram da alimentação e de não estarem recebendo os comprovantes de produção (chamados de “pirulitos”) e, por isso, não sabiam quanto produziram. Eles relataram que têm uma folga por semana e que um ônibus da usina os leva para a cidade. Quando perguntamos de uma forma descontraída sobre como passam longo período sem namorar, a resposta foi quase imediata: “A gente recebe e guarda um pouco pra ir na casa das mulheres na cidade”. Na cidade, existem aproximadamente 15 casas de prostituição. Os trabalhadores relataram, ainda, que sentem muita falta da família.

Deixamos a roça para conhecer as instalações dos alojamentos. Segundo o procurador, essa usina tem atendido às exigências da lei cobrada pelo MPT. Os quartos possuem ventilação, beliches individuais, banheiros, tanques de lavar roupas, mesas de jantar. A equipe

continuou na usina no período vespertino, porém retornei à cidade a fim de fazer contato com a assistente social de Caarapó para organizar uma audiência pública a ser realizada no dia 23 de abril, às 19h. Porém esta por motivos maiores foi adiada sem data prevista para acontecer.

No período da noite a equipe se reuniu para avaliar o trabalho e montar as estratégias para as próximas visitas.



## APÊNDICE B

### Relatório de campo de Nova Andradina

Pesquisador: Kenedy de Souza Moraes

Período: 27 a 29 de abril de 2009

#### **Distrito de Nova Casa Verde**

Por volta das 15h30 do dia 27 de abril de 2009, chegamos à Nova Andradina e fomos até o distrito de Casa Verde, distante 50 quilômetros da cidade. Nós nos hospedamos e, em seguida, demos uma volta pelo distrito. As pessoas daquela localidade se mostraram bastante acolhedoras. O ponto de encontro é a praça. Lá se reúnem muitos adolescentes e jovens, sobretudo depois das aulas do período noturno. Buscávamos, nesse primeiro momento, encontrar trabalhadoras sexuais para conseguir com elas informação sobre possível exploração sexual de crianças e adolescentes.

O distrito de Casa Verde tem cerca de 7 mil habitantes. Alguns jovens relatam que não gostam da “fofoca” que acontece entre as pessoas. É sabido por todos quando alguém de “fora” aparece. Perto da praça, encontramos uma travesti e uma profissional do sexo, a qual aparentava ter entre 19 e 23 anos. Elas nos relataram que residem no “Bar Amarelo”, que fica à margem da MS-134, que liga o distrito de Casa Verde à Nova Andradina. Quando perguntamos qual o lugar para encontrar mulheres, elas respondem que o melhor ponto é no posto de combustíveis da localidade, mas que naquela semana seria difícil, pois a maioria as profissionais tinha viajado para o Paraná.

\*\*\*

Na manhã do dia seguinte, tínhamos como foco levantar dados nos órgãos oficiais referentes a possíveis registros de casos de abuso e exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes. Neste distrito, está instalada uma unidade da Polícia Civil, que antes dos relatos adquiridos no PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), também seria, segundo o nosso cronograma, um dos lugares a serem visitados.

Uma funcionária do PETI, Franthesca [nome fictício, pois ela pediu para não ser identificada], relatou-nos o seguinte:

“Aqui há muitos casos de abuso e exploração sexual. Um dos casos que aconteceu que eu me lembro foi de um pai que abusou da filha de quatro anos de idade. Também tem o caso de uma menina, Paola [nome fictício], de 12 anos, e a irmã dela, Jéssica [nome fictício], de dez, que fazem programa. O pai delas está doente. Ele trabalha no lixão. Por causa da situação

de vida das meninas, o Conselho Tutelar as tirou do pai e as deixou com a mãe”. Segundo a funcionária do PETI, a filha mais velha era levada pelo pai para trabalhar no lixão.

No instante em que conversávamos, coincidentemente, essas duas meninas (Paola e Jéssica) e a mãe delas chegaram ao PETI, querendo se matricular. Enquanto a mãe falava com a funcionária do PETI, as meninas ficaram em pé na porta e não entraram na sala; mas ficavam atentas ouvindo o que a mãe dizia. Logo após a saída das meninas e da mãe, Franthesca me fala que as meninas fazem ponto na chácara de um homem conhecido apenas como “Preto”. Além das duas garotas, haveria pelo menos outras três, entre dez e 13 anos. As meninas fariam os programas sexuais dentro da casa do Preto, aliciadas por ele.

Antes de irmos embora, Franthesca cita mais um caso de violência sexual. Ela diz que tem um caso que todo pessoal do distrito sabe. É a situação de um homem que “está tendo um caso” com a enteada dele. “Essa menina tem 11 anos e já foi aluna do PETI. Agora não está vindo mais”, diz Franthesca. E completa: “Ela é a única menina da família que anda toda arrumadinha, que ganha presentes do padrasto”.

Com as informações que tínhamos coletado no PETI, procuramos e encontramos a tal chácara do Preto. É um lugar bastante arborizado cercada de arame farpado. A casa é simples. Fica à margem da MS-134, que liga o distrito de Casa Verde a Nova Andradina; é, inclusive, próximo da “Casa Amarela”. Quanto à polícia local, por motivos de nossa segurança, resolvemos manter sigilo quanto ao nosso trabalho naquela localidade. Por isso não os contatamos.

### **Nova Andradina**

No período vespertino, fomos de Casa Verde para Nova Andradina. Já tínhamos agendado horário com a investigadora da Polícia Civil Aritana. Apresentamo-nos e informamos o nosso objetivo. A investigadora afirmou o seguinte:

“Atendemos tanto a demanda aqui da cidade quanto as solicitações e denúncias do distrito de Casa Verde. Attendemos casos de abuso sexual, instauramos inquérito policial e encaminhamos a vítima para o Creas. Quando se trata de vítima do sexo feminino quem fica responsável pelos procedimentos é a Deam [Delegacia Especializada de Atendimento a Mulher]. Attendemos cerca de dois casos por mês”.

A investigadora também relatou o seguinte:

“Nós, enquanto órgão de segurança pública, estamos preocupados porque os casos que recebemos têm ligação com trabalhadores, pois aqui estão instalados trabalhadores de Pernambuco, Maranhão; e eles procuram as meninas ou elas vão até eles.”

\*\*\*

Depois, nós nos dirigimos até a Deam. Fomos recebidos pela delegada Marlia Martins, que nos relatou o seguinte:

“Aqui temos um trabalho especializado de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, de abuso e exploração sexual. Trabalhamos em conjunto com o Creas e com o Lar São José, onde estão abrigadas crianças vítimas de violência. As vítimas de violência doméstica são encaminhadas para fazer exame de corpo de delito e temos todo um trabalho de investigação quando se trata de exploração sexual. Recebemos também casos de abuso dentro de casa e neste a vítima é intimada com representante legal. A partir daí instauramos inquérito e solicitamos o atendimento do Creas”.

Quando pergunto à delegada sobre os casos de exploração sexual, ela afirma que as denúncias chegam a eles, mas que geralmente tem “gente grande” envolvida ali mesmo da cidade. E isso, de certa forma, acaba abafando os casos e os responsáveis ficam impunes.

Quando pergunto se ela recebe denúncias ou se tem conhecimento de casos envolvendo pessoas do distrito de Casa Verde, ela afirma que não tem conhecimento. “Temos conhecimento de casos de exploração sexual aqui em Nova Andradina envolvendo advogados, pessoas conhecidas da cidade. Em Casa Verde sabemos também que tem, mas precisamos de provas, testemunhas. E ninguém quer se comprometer”.

\*\*\*

Em outro momento, fomos até a usina Santa Helena. A estrada de acesso para essa usina fica na margem da MS-134, entre Casa Verde e Nova Andradina. Chegamos à sede da usina e encontramos a equipe do MPT, que fazia visita de inspeção. Acompanhamos um fiscal na inspeção do local onde se encontravam os trabalhadores. Alguns desses trabalhadores foram trazidos de Igaporã, na Bahia. Também havia 94 trabalhadores indígenas: 46 da etnia terena da aldeia La Lima, em Aquidauana; e 48 da etnia guarani-kaiowá, da aldeia de Sassoró, município de Tacuru.

Os trabalhadores vindos da Bahia têm um contrato de nove meses e a cada seis dias trabalhados têm uma folga. Pergunto o que eles costumam fazer nos dias de folga. Um deles, de 25 anos, conta: “Ah, vamos até cidade para nos divertir na lanchonete, no mercado”. Peço a ele que me explique um pouco dessa diversão. Ele fala: “Ah, o senhor sabe né, todo esse tempo aqui sem ninguém, não tem quem aguenta”. Diz que vão sempre ao barzinho onde estão as mulheres, mas que a maioria delas é feia. “É melhor pagar 50 reais e pegar um corinho filé”, diz. Pergunto a ele se tem “meninhas novas”. Ele responde que sim. “O que manda é o dinheiro”, diz.

Enquanto conversava com os trabalhadores, pude notar, de modo geral, uma profunda tristeza quando falavam da família... Um deles, ao ser perguntado sobre a família, disse: “Sinto saudade”. Parou de falar e abaixou a cabeça.

Em outro momento, fomos conversar com trabalhadores indígenas – uma turma estava na roça e outra se encontrava de folga no alojamento. Visitamos e conversamos com as duas turmas. As condições de instalações onde estão os índios são precárias. O alojamento fica ao lado da usina, o que faz com que toda sujeira, palha, pó da cana moída seja despejada nos alojamentos. As camas ficam cobertas de palha, bem como a cantina onde fazem suas refeições. Os alojamentos não têm as mínimas condições de alojar pessoas. Apenas seis banheiros estão funcionando e outros dois impossibilitados de serem usados. Eles também reclamam da comida que é pouca. Também reclamaram do transporte, que os trazem das aldeias. “O transporte que viemos não tem condições de transportar, quando viemos quase morremos na estrada de Iguatemi. O ônibus pegou fogo bem na subida”, relatou um trabalhador indígena.

Também continua a prática de liberação de vales em “mercados”. “Queremos sair pra nossa aldeia com dinheiro e não com vale, queremos comprar onde queremos”, desabafou outro trabalhador. Os trabalhadores indígenas também se queixam de que no seu dia de folga são proibidos pelo capitão de irem para a cidade.

## APÊNDICE C

### Relatório de campo de Sidrolândia

Pesquisador: Kenedy de Souza Moraes

Período: 12 a 14 de maio de 2009

Dando continuidade ao nosso roteiro de viagem, estivemos em Sidrolândia nos dias 12, 13 e 14 com a intenção de observar e coletar dados referentes à exploração sexual cometida contra crianças e adolescentes. Partimos da hipótese de que as instalações de usinas de cana-de-açúcar podem fomentar o mercado sexual e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Sidrolândia tem uma população de 38.147 habitantes, dos quais 19.545 são do sexo masculino e 18.602 do sexo feminino. A principal atividade econômica do município é a agricultura. Na cidade, está instalada a usina Agrisul Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool (antiga usina Santa Olinda), que é uma grande contratadora de mão-de-obra local e de outros estados brasileiros. Os trabalhadores de fora moram nas chamadas repúblicas.

No período noturno, estivemos na parte central da cidade, onde vimos duas travestis que faziam ponto, mas nada de anormal foi constatado. Na cidade de Sidrolândia, existem duas casas de prostituição antigas, segundo os moradores. Antes, o número era maior, mas foram se fechando, possivelmente por causa de um “clube de dança” que foi aberto na área central e atraiu muitos clientes de serviços sexuais, que frequentavam as outras casas.

A cidade de Sidrolândia se destaca pelo grande número de assentamentos rurais. Em conversa no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), um engenheiro agrônomo nos conta que escuta muitas histórias de abusos sexuais que ocorrem nos assentamentos, inclusive em ônibus escolares. “Teve um caso em que um menino de 13 anos estava abusando de meninos menores dentro do ônibus escolar”, afirma.

Segundo informações obtidas no Creas, existem denúncias e comprovações de abuso e exploração sexual que acontecem nos assentamentos.

\*\*\*

Em outro momento, fomos ao distrito de Quebra Coco que se localiza a aproximadamente 50 quilômetros da cidade de Sidrolândia. Trata-se de um pacato distrito que se move economicamente pela mão-de-obra que a usina oferece. Tudo no distrito gira em torno da usina.

Uma professora nos conta que todos estão assustados pelo fato de ouvirem dizer que a usina vai parar de funcionar. Diz ainda que espera que outro grupo compre a usina, pois estaria mal administrada. “Faz trinta dias que os trabalhadores estão sem receber. Por causa disso, o comércio está parado”. Ela ainda relata que antes tinha muitos casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes e justifica isso pela permanência de trabalhadores vindos de outras regiões que se fixavam no distrito, mas que atualmente a usina esta usando mais a mão-de-obra indígena e estes ficam em alojamentos nas proximidades das usinas.

## APÊNDICE D

### Relatório de campo de Maracaju

Pesquisador: Kenedy de Souza Moraes

Período: 27 a 29 de maio de 2009

Chegamos à cidade de Maracaju no dia 27 de maio e nos dirigimos até o prédio da Prefeitura Municipal, onde conversamos com uma assistente social, que nos forneceu todos os endereços das instituições que fazem parte da rede de atenção.

Em seguida, visitamos o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). Ao chegarmos nesta instituição, apresentamo-nos e conversamos com a assistente social Renata Matos, que nos relatou o seguinte:

“Aqui na cidade de Maracaju, temos muitos problemas de ordem social e cada vez mais sentimos que os setores que atuam na rede precisam estar interligados, podendo, assim, trocar experiências e combater em conjunto esse mal social. Dentre tantos problemas, temos, por exemplo, o trabalho infantil e casos de abuso sexual que acontecem nas famílias. O caso mais recente que atendemos envolveu um homem de 50 anos com uma menor. De uma forma geral todos estão preocupados, pois muitos homens vêm de outras localidades para trabalhar na usina e também em outros serviços. Mas o problema não é a vinda deles e sim o fato de todos eles estarem alojados em repúblicas aqui na cidade. Na maioria das vezes, ele se agrupam em dez a vinte. Essas repúblicas estão espalhadas pela cidade.”

Esta profissional nos diz, ainda, que existem muitos relatos de que no distrito de Vista Alegre (em Maracaju) existem muitos casos de abuso sexual de crianças e adolescentes, inclusive casos envolvendo os trabalhadores de usinas que se encontram instalados neste distrito.

\*\*\*

No mesmo dia, conversamos com o delegado da Polícia Civil Edmar Batstela e explicamos a razão de procurá-lo e perguntamos da possibilidade de acesso a dados referentes a abuso e exploração sexual, que poderiam constar do sistema de registro desta unidade policial.

O delegado nos diz que existem alguns casos, não muitos, nada que pudesse fugir de controle. Também disse que a rede de atendimento juntamente com a polícia tem feito um trabalho de enfrentamento. Quando pergunto se ele pode nos contar um pouco sobre algum

caso, ele diz que poderia passar os dados, mas mediante ofício. Em sua fala, o delegado deixa evidente que não diferencia abuso sexual de exploração sexual.

Pergunto se atenderam algum caso de abuso sexual envolvendo trabalhadores da usina e como ele e a polícia veem a instalação das usinas, considerando que a mão-de-obra geralmente não é local.

O delegado responde: “Não tivemos nenhum caso envolvendo estes trabalhadores. Pode ser que venha a ter, mas não pelo fato de ter uma usina. Não vejo que tenha alguma relação o fato de termos usina aqui. Esperamos que não aconteça, mas se vier acontecer será por acaso”.

\*\*\*

Seguindo o nosso roteiro de entrevista, estivemos no Conselho Tutelar, onde se encontravam Celso Ratier e Leonilda Barbosa, ambos conselheiros.

Segundo eles, existem muitos casos de abuso sexual cometido contra crianças e adolescentes. Dizem que em 2008 registraram oito casos. “Creio que ainda existam inúmeros casos que ficam ocultos por várias questões. Nós, enquanto instituição, quando recebemos uma denúncia, fazemos o boletim de ocorrência, exame de corpo de delito e então encaminhamos para o Centro de Referência de Assistência Social-CRAS”, disse Celso. Ele continua: “Logo no início deste ano de 2009, recebemos três denúncias de homens que possivelmente estariam abusando de meninas. Estes casos ainda estão sendo investigados.”

Quando pergunto se poderia haver alguma relação entre os trabalhadores das usinas com estes casos, ele afirma que não sabe, mas que possivelmente poderia, pois “é de conhecimento de todos que estes trabalhadores moram na cidade em repúblicas, onde fazem festinhas e convidam meninas”.

Em relação ao trabalho infantil, Celso nos afirma que as denúncias que chegam até a eles são de meninos que estão na rua vendendo picolé e indígenas, pais de família, que são contratados por fazendeiros para descascar mandioca e junto com eles acabam levando os filhos.

\*\*\*

Durante o tempo que ficamos em Maracaju, estivemos hospedados na casa de Dona Maria, esposa do vice-prefeito da cidade. Segundo o relato de dona Maria, que é professora na escola do Município, os maiores índices relacionados a abuso sexual, homicídios, tráfico de drogas acontecem em uma vila, chamada Juquita.



A partir deste relato e de outros semelhantes, estivemos nessa vila e constatamos o seguinte: nesta vila, que é periferia da cidade de Maracaju, estão concentradas seis zonas que estão sempre cheias de homens.

Entramos em uma dessas zonas que aparentava ser a que mais tinha trabalhadoras sexuais. Chegamos por volta das 22h30 e fomos atendidos por uma mulher que servia bebidas. Logo em seguida pedi uma bebida. Nesse instante, uma garota se aproxima e pergunta se poderia me acompanhar. Eu digo que sim e sugiro que fôssemos a uma mesa mais reservada para que pudéssemos conversar. Depois de algum tempo de conversa, pergunto se ela tem muitas amigas na cidade, ela responde que não, pois foi trazida do Paraguai pela dona da zona. Disse, ainda, que o mesmo aconteceu com outras meninas que trabalham no local. “Como isso acontece e por quê?”, pergunto a ela. Daiane diz que a sobrinha da dona da zona, vai semanalmente ao Paraguai e oferece serviço às meninas dizendo ser apenas por uns dias, mas que chegando ao local são obrigadas a se prostituírem.

Daiane tem 19 anos de idade e tem um filho de três anos, que mora com a avó. Na ocasião deste relato, fazia 20 dias que estava na zona. Ela diz que pretende sair de lá assim que arrumar um homem que possa cuidar dela e lhe dar uma casa para morar. Segundo Daiane, o preço de um programa custa, em média, R\$ 50. Deste dinheiro, R\$ 40 ficam para ela e R\$ 10, para a dona da casa.

Estivemos por duas noites neste local, mas não encontramos adolescentes em situação de prostituição onde estavam os bares.

## APÊNDICE E

### Relatório de campo de Rio Brillhante

Pesquisador: Osvaldo dos Passos Pereira Júnior

Período: 4 e 5 de junho de 2009

Conforme planejamento comum da pesquisa sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes em municípios sul-mato-grossenses concentradores de usinas sucroalcooleiras, o trabalho em Rio Brillhante contemplou levantamento de dados em órgãos da rede de atendimento e observação.

#### I. Levantamento na rede de atendimento

Com ajuda do motorista do Ministério Público do Trabalho (MPT), visitei os seguintes órgãos: Secretaria de Assistência Social do município, Centro de Referência da Assistência Social (Cras), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Conselho Tutelar, dois abrigos e um cartório de registro civil.

Iniciamos o trabalho com a visita à Secretaria de Assistência Social no fim da manhã de quinta-feira (4), pouco depois de chegarmos ao município. O propósito dessa visita foi tomar ciência dos órgãos da rede de atendimento à criança e ao adolescente que existem em Rio Brillhante.

No local, fui atendido pela psicóloga Maria Aparecida Meira de Lima. Ela ouviu, com atenção, uma explanação geral e sumária sobre o projeto *Fortalecimento do COMCEX-MS*. Em seguida, informou os telefones, endereços e nomes dos responsáveis dos órgãos da rede de atendimento existentes no município.

Durante a tarde, conversei com profissionais do Creas, do Cras e do Conselho Tutelar.

Como os prédios do Creas e do Conselho Tutelar são vizinhos, foi realizada uma pequena reunião conjunta com as profissionais desses órgãos. Elas disseram, em linhas gerais, que recebem denúncias sobre violações diversas dos direitos da criança e do adolescente. No que tange à violência sexual, a maior parte das denúncias é de abuso. Também alegaram que a situação de exploração sexual teria sido amenizada no município em razão do trabalho desenvolvido pela rede de garantia de direitos da criança e do adolescente. Na ocasião, não teriam registros de exploração sexual.

Das informações das profissionais, a mais pertinente para a pesquisa foi a relativa à incidência acentuada de crianças sem o registro dos pais. Segundo a conselheira Neire Denise Martins, alguns trabalhadores das usinas mantêm relações maritais com mulheres do município. Findos os contratos de trabalho, esses homens retornam para suas cidades e deixam, por vezes, as mulheres grávidas. “Nós chamamos essas crianças de filhas da cana”, brincou Neire. Por causa dessa informação, senti necessidade de levantar, no cartório local, a quantidade de crianças sem registro do pai.

A visita ao Cras, realizada após a ida ao Creas, não resultou em coleta de informação relevante. Fui atendido por uma assistente social e duas psicólogas, que afirmaram que o órgão não recebe denúncias de violência contra crianças e adolescentes. Alegaram que o Cras não realiza atendimentos, mas atua no eixo da prevenção às situações de violação de direitos. Assim, o órgão se preocupa com planejamento e execução de projetos de prevenção à violação dos direitos das famílias – incluindo-se, assim, crianças e adolescentes – e não com atendimentos às vítimas de violência.

Procurei também o cartório de registro civil. Solicitei a relação de registros de nascimento dos dois últimos anos para que eu pudesse verificar o volume de documentos com o nome do pai ignorado. No entanto, uma funcionária me disse que o chefe de cartório não poderia atender naquela tarde e se comprometeu a levar a solicitação até ele. Retornei na manhã do dia seguinte, como combinado, e a mesma funcionária pediu desculpas e disse que se esqueceu de falar com o chefe. Alegou que seria melhor remeter a solicitação através de ofício via e-mail, porque o chefe de cartório continuava muito ocupado. Por fim, disse que levantar os registros demanda tempo, o qual seria exíguo na rotina de trabalho do cartório<sup>13</sup>.

A visita seguinte foi ao abrigo Melvin Jones, mais conhecido como Lar da Criança. Fui informado que a coordenadora do abrigo estava em sua casa, que fica em frente ao abrigo. Ela afirmou que apenas seu marido poderia falar sobre o abrigo. Eu o procurei em seu local de trabalho e conversamos. Ele me disse que, no Lar, estão abrigadas nove crianças com menos de 12 anos. As razões dos abrigamentos seriam negligência e violência física. Não haveria, segundo ele, nenhum caso de violência sexual.

Perto de findar a tarde, visitei o abrigo Residência Protegida, onde estão abrigados adolescentes com histórico de violência sexual. Conversei com Maria Carmen Carlino,

---

<sup>13</sup> Depois da visita a campo, voltei a procurar esse e outros cartórios dos municípios do estudo. Telefonei, envie e-mails e ofícios solicitando a quantidade total de registros e a quantidade relativa a documentos só com os nomes das mães. Obviamente, esse dado não iria corresponder com exatidão aos casos de “filhos da cana”, mas ajudaria a ter ideia da situação. Depois do contato, pedi retornos algumas vezes dos cartórios. Tive resposta apenas do Serviço Notarial e Registral de Sidrolândia.

responsável pelo abrigo. Maria Carmen se mostrou muito atenciosa e se dispôs a ajudar no que fosse preciso.

Na Residência Protegida, tomei conhecimento de casos de exploração sexual, que já havia passado pelo Conselho Tutelar – embora nesse órgão não houvesse registro especificamente de exploração sexual. Coletei documentos diversos sobre dois casos que me pareceram emblemáticos: o de uma menina indígena, vendida por R\$ 10 mil pelo pai e o de uma adolescente, que começou a ser explorada sexualmente com dez anos.

Na manhã do dia seguinte, retornei ao Conselho Tutelar para buscar outras informações sobre os casos levantados na Residência Protegida. A assistente social Luzia Targino Valente contou que a adolescente indígena (que chamarei pelo nome fictício de Jéssica) residia com os avós paternos e que era abusada desde sete ou oito anos por seu avô. Os pais da indígena agiam com indiferença a essa situação. Ao chegar à adolescência, Jéssica foi vendida pelo pai a um homem não-índio de cerca de 50 anos. O valor do negócio foi de R\$ 10 mil.

Ao tomar conhecimento do caso, o Conselho Tutelar realizou os procedimentos para o abrigamento da adolescente. Enquanto ela era levada para fazer os exames, contou para a assistente social Luzia que o homem, com o qual vivia lhe comprava muitas coisas, como refrigerantes, lanches e roupas. O tempo em que a menina permaneceu na casa do autor teria sido de um dia, segundo informou aos conselheiros tutelares. Mas Luzia acredita que Jéssica tenha ficado bem mais de um dia na casa do homem, uma vez que ela mencionou, com seu Português muitíssimo limitado, situações que não poderiam ter acontecido em só um dia.

Como o Conselho Tutelar conduziu a menina ao abrigamento, o homem que a comprou passou a exigir o seu “direito de comprador” – durante a visita à Residência Protegida, Maria Carmen havia me contado que o pai da indígena e o homem que a comprou viviam perseguindo a menina quando ela saía da casa.

A assistente social Luzia forneceu o histórico psicossocial da menina indígena. Ela também disponibilizou os seguintes documentos: dados do município levantados no projeto Tecendo Redes da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (Setas); dados estatísticos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no ano de 2006 levantados pelo programa Sentinela; e o Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.

Além desses documentos, coletei os seguintes: dois autos de qualificação e interrogatório acerca de situações de exploração sexual contra a segunda adolescente

(chamada, a partir daqui, de Paula – nome fictício –, apenas para facilitação da leitura), um relatório e um histórico psicossocial do Conselho Tutelar sobre a mesma menina.

Segundo os documentos, Paula começou a ser violentada por um vizinho, que a conhecia desde que era uma criança. No interrogatório, o autor afirma que passou a ter relação sexual com a menina no ano de 2004, não recordando o mês – naquele ano, Paula completou 11 anos em agosto, o que significa que a violência possivelmente teve início quando ela tinha dez anos. Na mesma época, o autor tinha 54 anos. O autor também declarou que acreditava que a mãe da criança não tivesse conhecimento da situação.

Com 13 anos, a menina passou a ter relações sexuais com um vizinho, que tinha 70 anos. Embora ele tenha afirmado, no interrogatório, que não pagava pela relação sexual (excetuando um aparelho celular que “deu de presente” à menina), o Conselho Tutelar apurou que o homem dava R\$ 50 à adolescente sempre que fazia sexo com ela. Este homem alegou também que era a menina quem o procurava em sua casa, que ela se estirava no sofá, insinuando-se para ele.

Após essas situações, a adolescente começou a ser aliciada por uma mulher da cidade. No documento “Histórico Psicossocial” feito pelo Conselho Tutelar, consta que a mãe de Paula sabia que a filha freqüentava a casa de uma “amiga” (termo usado pela mãe), a qual promovia festas com a presença de outros adolescentes. Também disse desconfiar que, no local, havia consumo de drogas e prostituição. Pelo documento, pode-se inferir que esta casa funcionava como lugar de exploração sexual frequentado também por adultos e que Paula e outras garotas eram prostituídas. Considerando o ano do registro (2007), Paula tinha, então, 14 anos.

## **II. Observação**

Nas duas noites em que estive na cidade, andei pelas ruas investigando a presença de indícios de exploração sexual de crianças e adolescentes. Dessa observação, destaca-se um diálogo com uma trabalhadora sexual de 23 anos (segundo informação dela), identificada aqui pelo nome fictício de Ana.

Encontrei Ana na noite quinta-feira em frente a um velho e pequeno bar, que estava com as portas fechadas, mas não trancadas, e com as luzes internas acesas. Ana e outras mulheres entravam e saíam do bar, sempre com o cuidado de deixarem as portas fechadas. Podia-se ouvir vozes masculinas vindo de dentro do estabelecimento. As ruas, nas imediações

do bar, eram pouco iluminadas. A esquina, onde estava o bar, era quase toda escura. Notei a presença de uma menina com idade aparente entre 13 e 15 anos.

Simulando interesse por um programa, perguntei à Ana a idade da garota com aparência de adolescente. Segundo Ana, a menina tinha 16 anos. “Mas ela faz programa?”, questionei. “Claro!”, respondeu Ana. A adolescente permanecia calada ao lado de Ana, não demonstrando reação contrária à afirmação de que faria um programa sexual.

Perguntei a Ana se ela poderia conseguir outras garotas com menos de 18 anos. Especifiquei a quantidade e a idade: quatro meninas de 15 anos. Expliquei que as garotas seriam também para um amigo.

Ana disse que poderia conseguir outras adolescentes. Em seguida, apresentou suas condições: cada programa custaria R\$ 30 e o dinheiro deveria ser entregue para ela. “Eu tomo conta delas”, justificou-se, completando que não permite que ninguém as engane. Também disse que não ofereceria garotas com menos de 15 anos. “Se eu quiser, eu até consigo meninas com menos de 15, mas não faço. Só de 15 a 17”, disse. Também salientou: “Hoje eu não tô bem arrumada... nem ela [apontou para a adolescente]. Mas quando você vê como a gente e as outras meninas ficam arrumadas, você vai achar que até são outras pessoas. A gente coloca um shortinho bem curtinho, bem bonitas mesmo”.

Eu quis saber com quem moravam as tais adolescentes. Ana respondeu que todas viviam com os pais. Perguntei se ela não teria dificuldade de tirar as meninas de casa. Ela riu e respondeu: “Sou uma santa. Você entende?”. Explicou que as famílias jamais desconfiaram dela, por ser considerada amiga das meninas. Ela contou como costuma chamar as meninas. “Eu chego na casa delas e falo assim: ‘vamo ali tomar um sorvete?’”, disse.

No dia seguinte, eu tirei uma foto da fachada do bar e comuniquei o caso para o Conselho Tutelar e para o Creas. A assistente social Luzia Valente disse saber quem é a aliciadora. Contou que é uma pessoa que a rede de garantia vem buscando ajudar há alguns anos – antes ela não aliciava adolescentes. Por intermediação dessa rede, Ana recebeu uma casa popular, pois ela morava em um barraco muito precário. Nessa casa, no entanto, Ana começou a traficar droga e, possivelmente, prostituir adolescentes. As profissionais da rede de garantia se comprometeram em investigar quais são as meninas que estão sendo aliciadas por Ana.

## APÊNDICE F

### Relatório de campo – segundo momento

Período: 8 a 10 de julho de 2010

Os levantamentos, realizados de 8 a 10 de julho, tiveram o propósito de verificar a eventual mudança na dinâmica de cada município em época de pagamento dos trabalhadores das usinas e possíveis relações entre a presença das usinas e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Todos esses municípios (além de Nova Andradina e Rio Brillhante) já foram visitados, durante pesquisas exploratórias, realizadas de março a junho.

#### **Município: Nova Alvorada do Sul**

Pesquisador: Diógenes Egídio Careaga

Período: 8 e 9 de Julho

Na quarta à tarde, fiz uma observação de campo sigilosa. Conversei também com uma professora, foi secretária municipal de Educação e hoje é coordenadora. Ela mora há mais de 15 anos na cidade e acompanhou o processo de desenvolvimento. Ela disse que a usina SAFI não está pagando os salários tudo de uma vez. Mas parece existir relação entre o mercado sexual e pagamento dos trabalhadores. Todos afirmaram que é visível o aumento da procura em época de pagamento. Também é comum a criação de república de trabalhadores.

De noite, por volta das 21h30, eu fui a um posto de combustíveis. Lá tem uma divisão clara entre frequência de “pessoas de famílias”, socialmente aceitas, de um lado, e profissionais do sexo do outro lado. As que estão ali são mais velhas, trabalham sozinhas e atendem o pessoal do trecho. Quando cheguei, tinha uma profissional, que estava acertando programa com um motorista. Conversei com uma profissional, que disse se chamar Simone. O programa dela custa de R\$ 15 a R\$ 30. Ela disse que estava ali há algum tempo e tinha vindo de outra cidade de MS – eu não me lembro o nome dessa outra cidade. Ela estava há três anos em Nova Alvorada. Ela não tem local, porque atende caminhoneiro. Eu disse assim: “Tô com uns amigos, quero fazer uma festa. Você pode conseguir algumas garotas?” Ela respondeu que não, que trabalha sozinha.

Do outro lado da BR, tem um hotel, onde, conforme me disseram, fica o pessoal mais qualificado da usina. Ali tem um serviço que oferece garotas, mas elas não residem na cidade. São de Rio Brilhante e de outras cidades por perto. As meninas moram em suas casas e as famílias talvez nem saibam que fazem programa. São recrutadas por encomenda.

Andando de carro, passei por adolescentes, que estavam sozinhos. Eram mais ou menos 23h30. Perto do que eles chamam de Buracão (espaço de lazer numa região pobre), há muitas lanchonetes. De frente a esse lugar, tem vários barzinhos. Em um bar, chamado Bar Caiuá, havia mulheres no atendimento e na calçada.

Por volta da meia-noite, eu cheguei à Vila Maria de Lourdes. É uma região muito precária, onde se concentra a maioria das casas de prostituição. Fica na periferia da cidade, quase no canavial. Algumas escolas municipais e órgãos da secretaria de saúde não ficam mais que mil metros desse local, mas não o percebem, é invisível. É um lugar sem asfalto, iluminação, com quintais baldios. Mesmo assim é invisibilizado.

Nessa região, há sete bares numa só rua. Alguns locais são mais bem estruturados, outros bem precários. Parei num bar, chamado Bar da Loa. Tinha 13 mulheres, aparentando terem entre 18 e 25 anos. No outro bar, tinha cinco meninas. Três tinham aparência de indígena. Da lanchonete que eu estava dava pra ver três outras. Falaram que o movimento estava fraco, por causa do jogo de futebol.

Uma mulher veio me atender. Pediu uma cerveja. Disse que veio do Paraná. Atendia no bar, mas não morava ali. Falou que cobrava o mínimo de R\$ 30 para atender ali. Falou que poderia fazer a festa. Eu disse que queria “carne nova”. Ela me respondeu: “quando você quiser vem antes e combina. A gente vai até a sua casa”. Ela reclamou do preço, dizendo que “o problema é que tem umas bruguinhas que cobram muito pouco”. Isso puxaria os preços para baixo. Uma me disse assim: “Acho que não saiu o pagamento, porque tá tranquilo”.

Sobre as meninas que eu imaginei serem indígenas, minha tia disse que são, na verdade, paraguaias. Ela disse assim: “Aqui tem um casal, que traz meninas do Paraguai. Eles buscam de carro”. Eu não consegui mais detalhes sobre isso.

O Conselho Tutelar foi muito criticado. Disseram que o Conselho não interage com os diversos setores da política local. A política de enfrentamento à violência não consegue se efetivar. As políticas não chegam até ela. Nem distribuição de preservativos teria. As mulheres são discriminadas quando procuram esse serviço.



**Município: Sidrolândia**

Pesquisador: Donizeth Alvez de Oliveira

Período: 10 e 11 de julho de 2009

Meu primeiro contato foi com um policial. Eu conversei com ele de tardezinha (dia 10). Ele chegava com a conselheira tutelar, que tinha feito um abrigo de umas crianças, que estavam há dois dias presas numa casa. Crianças dois dias presas na casa!

Eu perguntei se podia gravar a entrevista. Ele concordou. O nome dele é soldado Enéias, do 1º Batalhão de Sidrolândia. Ele disse que a usina não tem influência sobre a exploração sexual. Esse entendimento é unânime. O soldado disse que o problema acontece em Quebra Coco. O policial falou que a rede de prostituição ficou no passado. Havia um quadrilátero que as pessoas iam lá, que era a ZBM [zona de baixo meretrício]. A polícia e a prefeitura acabaram com a ZBM.

Fui a um barzinho e conversei com o dono do bar. Ele disse que tinha exploração sexual, mas os trabalhadores da usina foram para Quebra Coco.

Também me disseram que um lugar procurado é o Bifão do Rocha. Eu vi quatro meninas saindo de uma casa e perguntei para elas onde fica o Bifão do Rocha. Mas nesse lugar, onde estava saindo o pessoal, também é um lugar de prostituição.

Um taxista me disse que a exploração sexual de crianças e adolescentes tem muito envolvimento de pessoas que têm dinheiro. Ele falou que um cara do cartório é uma dessas pessoas. Ele disse: “As mães vendem as meninas. Os caras vão de carrão para pegar as meninas, quando as mães não saem de casa para o cara ficar com as meninas lá mesmo”.

Então, a polícia diz que não tem exploração sexual, mas as pessoas nos barzinhos e taxistas disseram que tem sim.

Também conversei com três comerciantes. Elogiaram o nosso trabalho, porque a exploração sexual atrapalha o negócio deles. Um disse que tem muitas “meninhas” nos carros, mas as pessoas fazem vistas grossas.

Havia uns trabalhadores recapando asfalto. Um deles disse que se a pessoa quiser, é fácil arrumar garotas novas na cidade. Também falou de outros lugares que é mais fácil ainda. “Você precisa ir pra Mundo Novo. Se você for a Guairá, você fica louco, porque tem muita menina lá”.

Conversei com um ex-conselheiro tutelar que disse que dentro da cidade tem, mas não por causa da usina.

Conversei com jovens na praça, que estavam saindo de um show de igreja evangélica. Disseram que não existe exploração.

Depois do trilho, a região é mais pobre. Tem vários bares. Conversei com uma profissional do sexo. Ela ficou preocupada e disse: “aqui não tem menor”. Aí eu perguntei: “E se eu quiser arrumar?” Ela disse que tem que arrumar pra fora. Ali na zona não tinha.

Eu verifiquei que as meninas novas são conseguidas por contatos. Elas não ficam nos bares.

### **Distrito de Ipezau**

Pesquisador: Kenedy de Souza Moraes

Período: 9 a 11 de julho

Cheguei por volta das 3h. Em Ipezau não tem como ficar hospedado. Em Deodópolis concentram os trabalhadores de maior qualificação. Um morador, que disse ser um dos fundadores da cidade, me contou que todo dia saem oito ônibus de Deodópolis para usina. Esses homens estão todas as noites em Deodópolis. Por isso, a exploração sexual deve acontecer de forma mais velada.

Uma mulher, que é comerciante, me relatou que a situação de exploração sexual acontece nas chácaras, que ficam nas proximidades da cidade. Os homens ficam nos carros mesmo. As meninas já nem são mais levadas para lá. Elas já fazem ponto lá no lugar mesmo, na frente das chácaras, que são lugares escuros.

Os moradores também disseram que, com as usinas, aumentou quantidade de barzinhos. Em Ipezau, a coisa é ainda mais visível. Lá só em uma rua tem oito bares. Muitos trabalhadores se hospedam em Ipezau, em repúblicas. Lá são os cortadores.

Quando eu estava lá, alguns trabalhadores já tinham ido embora. Mas havia trabalhadores nos bares. Eu entrei em um desses bares. Eu comecei uma conversa com um homem, que estava no bar. Em certo momento, eu comecei a falar sobre as meninas mais novas. Foi quando ele me disse que, em Ipezau, meninas com 13, 14 anos já estão na prostituição. Já em Deodópolis, a coisa já é mais escondida.

Uma professora disse que há muitos casos de meninas com muita deficiência na aprendizagem. A escola não teria condições de fazer essa parte social. A professora acha que pode ter relação com a situação de exploração sexual.

**Município: Maracaju**

Pesquisador: Osvaldo dos Passos Pereira Júnior

Período: 9 e 10 de julho de 2009

Esta visita a Maracaju objetivou verificar se há mudanças na dinâmica da cidade em época de pagamento e relacionar essas mudanças à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Cheguei à cidade no fim da manhã do dia 9 (quinta-feira). À tarde, procurei o Cras (Centro de Referência da Assistência Social) para conversar sobre a situação de exploração sexual de crianças e adolescentes no município. Fui atendido pela assistente social Renata Matos, que afirmou que o problema existe no município, mas é mais grave no distrito de Vista Alegre.

Durante a noite, andei pelas imediações da estação rodoviária, região onde há uma quantidade expressiva de bares (cerca de quatro por quadra). Alguns desses bares têm quartos nos fundos para a realização de programas sexuais. Em dois bares, consegui ir até os fundos e notei que os quartos eram bem simples, conjugados e feitos de madeira.

Algumas trabalhadoras sexuais moram nos bares e outras apenas oferecem seus serviços nesses locais – nos dois casos, a presença das trabalhadoras colabora para o fomento na venda de bebidas, cujos preços são cerca de três vezes acima ao da média do mercado local. O aluguel dos quartos é outro impulsionador dos lucros dos proprietários dos bares. O valor do aluguel é embutido no preço do serviço sexual pago pelo cliente.

A entrada no primeiro bar foi estimulada por um convite de uma trabalhadora sexual, com cerca de 30 anos (que chamarei pelo nome fictício de Maria). Depois, conversando com ela, descobri que era paraguaia. “Olá”, abordou ela com sotaque, enquanto eu caminhava lentamente por uma rua pouca iluminada nas proximidades da rodoviária. Cumprimentei de volta. Ela indagou sobre o motivo de eu estar andando por ali. Respondi que era de fora e estava conhecendo a cidade. “Pode começar me conhecendo, então”, disse, enfática e maliciosa.

Eu entrei no bar. Ela pediu uma cerveja e sugeriu que sentássemos a uma mesa, que fica nos fundos do estabelecimento. O bar é simples: tem uma porta larga de enrolar, um espaço interno para três mesas, um balcão e uma passagem para pequena varanda nos fundos, pouquíssimo iluminada. Os quartos ficam na parte de trás e estão reunidos numa espécie de galpão.

Conversei com a Maria na varanda. Ela contou sobre seu ingresso na prostituição. Ela fora deixada pelo marido com três filhos, um menino e duas meninas, sendo uma já adolescente. “Eu não aguentava mais. Tava faltando coisa em casa. Daí, eu coloquei um shortinho bem justo, uma blusinha e saí. Passou um homem tomando uma cerveja de latinha. Eu pedi um pouco. Depois fui para um bar. Era um sábado. Fiz programa até o dia amanhecer. Cheguei em casa no outro dia bêbada, bêbada. Deitei no sofá e dormi. Naquele dia, todo mundo comeu carne em casa. Fizemos um churrasco de domingo. Meu genro [namorado da filha adolescente] chegou pra mim e disse: Aí, sogrona. Mandou bem”.

Com relação à presença de adolescentes no mercado sexual de Maracaju, Maria não deu muitas informações. Disse apenas que algumas meninas ficam em lugares que funcionam como depósitos de bebidas, mas que também oferecem serviços sexuais. A trabalhadora também me aconselhou a não procurar adolescentes. “Não procura de menor não. Você parece boa pessoa. E se ficar com menina de menor, pode ser perigoso”, disse.

Ao lado desse bar, havia outro mais movimentado, com aproximadamente trinta homens – a maioria, trabalhadores de usina (segundo contaram o proprietário do bar e um dos clientes). “É que hoje saiu o pagamento”, explicou um cliente. Essa mesma fonte afirmou preferir “as coroas”, em razão da “experiência delas”, mas que também gosta de “menina nova”. “Hoje mesmo, na parte da tarde, eu peguei uma de 17 anos lá na Pedra”, contou, em referência a uma região, conhecida na cidade como “o lugar da prostituição”.

Esse bar era mais bem estruturado que o anterior. Tinha uma pequena varanda na entrada, onde havia duas mesas. No interior, havia outras duas mesinhas, uma mesa de sinuca e um sofá no formato de “L” encostado em duas paredes. O atendimento era feito por um homem e uma mulher. Ele ficava com as chaves dos quartos e as entregava quando solicitado pelas trabalhadoras sexuais. Elas eram jovens, mas não seriam adolescentes. Havia seis trabalhadoras, além de outras que estavam nos quartos (segundo disse o cliente entrevistado).

No dia seguinte, saí no início da tarde, por volta das 14h. Todos os bares já estavam abertos, com alguns clientes. O bar movimentado da noite anterior também estava com as portas abertas, mas sem clientes. As meninas estavam sentadas do lado de fora, conversando. Passei por ela e perguntei sobre a eventual presença de adolescentes na prostituição. Elas disseram não saber sobre isso, pois eram novas na cidade. Teriam vindo de outros municípios do interior do Estado. Uma delas chegara havia poucos dias. Perguntei se viera em razão do pagamento da usina e ela respondeu que não. “Não é por isso não. É que eu quis vir mesmo”, alegou, evitando prolongar a conversa.

Caminhei algumas quadras e fui chamado por uma mulher. “Não quer ‘abrir’ o bar?”, perguntou ela, convidando-me para ser o primeiro cliente do dia. Eram cerca de 16h. No local, havia quatro trabalhadoras, todas jovens. A mulher me ofereceu cerveja, mas recusei. “Estou andando para escolher um lugar para ir à noite”, aleguei. Disse, ainda, que a cidade parecia bem movimentada. A mulher afirmou que tal movimento é comum quando os trabalhadores das usinas recebem seus pagamentos.

Para me convencer a optar por seu estabelecimento, a mulher me mostrou as trabalhadoras sexuais e me levou até os fundos. No quintal, relativamente espaçoso, havia patos e galinhas. Do lado direito (de quem está entrando), estavam os quartos. “Aqui é bem aconchegante”, disse a mulher. Nos quartos, havia algumas trabalhadoras dormindo. Eu perguntei sobre a faixa de idade das mulheres. “Olha, aqui tem de várias idades, mas se você preferir mais novas eu posso arranjar”, prometeu. Perguntou se eu estava sozinho na cidade e eu disse que tinha um colega de trabalho comigo. “Ele pode vir com você de noite que aqui tem meninas muito bonitas para ele”.

Disposta a fechar um programa, a mulher ofereceu a sua irmã de 17 anos. “Ela é linda. Loira, de olhos claros. Você vai gostar muito dela. Mas aí é mais caro. Eu não sei quanto ela cobra, mas é mais caro”. Para confirmar a veracidade da propaganda, a mulher tentou mostrar uma foto. “Eu tenho uma foto dela no celular, mas eu não sei mexer direito nesse aparelho aqui. Vou pedir pra uma das meninas”. Ela levou o telefone para uma das garotas e eu permaneci perto da porta dos fundos, de onde pude ouvir um comentário vitorioso, de quem está prestes a fazer um bom negócio. “Acha a foto pra mim. Olha, ele vem hoje à noite com o amigo dele. Viu, é conversando que a gente se entende”, disse a mulher.

Simulando receio quanto à minha segurança, eu quis saber: “Não é perigoso fazer programa com uma adolescente?” A resposta da mulher ajudou a desvelar uma faceta do mercado do sexo local, que foi reforçada em conversas posteriores com pessoas da rede de atenção à criança e ao adolescente: a convivência ou mesmo participação de parte da polícia nesse mercado. “Você pode ficar tranquilo. Aqui é bem seguro. O dono daqui é um policial. Ninguém se mete a besta aqui não”, disse.

Com a promessa de que retornaria logo mais, eu deixei o local. Continuei andando pela região e parei num pequeno bar, com o propósito de conversar com os homens que lá estavam. Nesse bar, não havia oferta de serviço sexual. Em dado momento, um homem (que depois se apresentaria como guarda de uma escola) disse, de supetão, enquanto caminhava do interior do bar para a varanda da frente, onde eu estava: “Quer ir preso?” A estranha pergunta veio acompanhada de um gesto explicativo. O homem perguntou e apontou para uma menina,

com aparência de 13 a 15 anos, que passava em frente ao bar. A garota estava com um short e uma blusa. “Ela tá indo pra um ginásio aqui perto”, disse o homem e emendou: “Essas meninas, hoje em dia, estão todas gostosinhas. Dá vontade até de ir preso”. Assenti com a cabeça para que ele sentisse cumplicidade de minha parte e aprofundasse no assunto. Ele afirmou que as meninas da escola “provocam demais”. Contou, ainda, que um guarda, amigo dele, apaixonou-se perdidamente por uma estudante, que teria, no máximo, 15 anos. “Ele chegou de ficar doente por causa dessa menina. E ela sabia que ele gostava dela e aí que ela provocava mesmo. Mas na hora não queria nada com ele”.

Outro homem comentou que o envolvimento com adolescente é, muitas vezes, inevitável. Esse homem viera de Pernambuco havia seis anos para trabalhar numa usina e terminou se casando e ficando em Maracaju. “Às vezes a gente tá meio de fogo e nem pensa. Aí acaba pegando as meninas de menor. Mas isso não dá nada pra gente não. Eu acho que não dá não. Dá pra menina e pro dono da zona onde ela tava”, disse.

Os dois homens (o trabalhador da usina e o guarda da escola) fizeram comentários sobre a existência de muitas adolescentes na prostituição. Ao se referirem a essas garotas, usavam o termo “putinhas”. “Aqui tá cheio de putinhas. E elas moram com a própria família, que nem sabe ou faz que não sabe”, disse o guarda.

Eu falei que não era da cidade e que teria ficado surpreso com a quantidade de bares. “Sempre foi assim?”, perguntei. “De um tempo pra cá passou a ter mais”, disse o guarda. Um outro homem, que estava dentro do bar, sinalizou para a relação entre a presença das usinas e a grande número de bares. “É que depois que veio as usinas, a cidade começou a crescer mais. Aí também aumentou os bares”, afirmou.

Eu retornei para o hotel e, durante a noite, viajei de volta para Campo Grande.

## APÊNDICE G

### **Relatório do colóquio *Impactos da presença da cadeia produtiva sucroalcooleira em Mato Grosso do Sul***

Local: Câmara Municipal de Rio Brillhante

Data: 14/08

O colóquio contou com a participação de 45 pessoas dos municípios presentes na pesquisa e de Campo Grande. Apenas o município de Nova Andradina não enviou participante, embora havia confirmação de que pelo menos duas pessoas estariam presentes. Os participantes representam órgãos diversos, entre os quais: Secretarias de Assistência Social, Creas, Cras, Conselhos Tutelares, CMDCA's, Executivos municipais, Ibiss|CO, Residência Protegida (abrigo de Rio Brillhante), usina do grupo Louis Dreyfus, Movimento das Mulheres Camponesas.

A reunião teve início pouco depois das 8h. A Estela Scandola fez apresentação geral do COMCEX/MS e explicou os objetivos do colóquio. Em seguida, Osvaldo Júnior falou sobre o projeto Fortalecimento do COMCEX/MS e, de modo específico, sobre o estudo dos impactos das usinas na exploração sexual de crianças e adolescentes.

Depois, os participantes foram convidados a se apresentarem.

A dinâmica do colóquio consiste em debater um assunto a partir de perguntas geradoras. Todos podem falar sem ter alguém que domine a fala. O desenvolvimento da dinâmica deve ser garantido por um(a) coordenador(a). Quem coordenou este colóquio foi a Estela Márcia Scandola, coordenadora do COMCEX/MS e presidente do Ibiss|CO, à época.

#### **Discussão**

##### **1ª questão:**

Após as apresentações, Estela apresenta a primeira questão: “Desde quando o setor sucroalcooleiro está na nossa região?”

As respostas estão condensadas abaixo, com identificação dos municípios representados:

Rio Brillhante (Governo) – Desde 1975 já existiam usinas, mas eram mais distantes do município. Tinha vila, alojamento por lá, não havia contato, depois com a expansão... Hoje temos três usinas. Uma é mais distante, não temos contatos com os trabalhadores lá... A Passa

Tempo e Louis Dreyfus que estão aqui no município têm muitos trabalhadores e chegaram há cerca de cinco anos.

Nova Alvorada do Sul (Educação) – Posterior a Rio Brilhante... Entre cinco e oito anos... Ela veio contribuir de forma desordenada. Com a implantação de usina começaram a surgir problemas que existem até hoje. Os problemas só vêm agregando. E há previsão de construção de mais uma no município.

Campo Grande (Assessoria parlamentar) – Vou falar de Caarapó, que é uma realidade que conheço. Com as usinas tiveram os seguintes impactos: aumento da população masculina, por causa dos trabalhadores, aumento da violência urbana, migração de mulheres para o trabalho sexual. Mas há uma recusa de admitir a exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico de pessoas. A rede está sempre se modificando.

Rio Brilhante (Sociedade Civil – abrigo) – Com as usinas, a gente percebe um aumento da população e uma demanda maior à escola, ao atendimento da saúde, ao atendimento social. Existe uma grande migração. Mas isso tudo não tem aumentado a criminalidade. Isso é um ponto positivo. Quanto à prostituição, não existe fiscalização; as meninas falsificam documentos. Mas a criminalidade a gente não vê... A usina, do lado positivo, traz emprego e desenvolvimento, mas a administração tem que ir junto. Tem que aumentar os atendimentos.

Após essa fala, Estela retoma a questão geradora para que as pessoas não se afastem do assunto: “Desde quando o setor sucroalcooleiro está na nossa região?”

Sidrolândia (Conselho Tutelar) – Desde uns cinco anos tem usina em Quebra Coco.

Maracaju (Conselho Tutelar) – Em Vista Alegre, há aproximadamente 25 anos. Em Vista Alegre, a usina gera problema social muito grande e o poder público não acompanha com escola, nem nada... Também há casos de tráfico... exploração sexual, trabalho escravo.

Estela retoma as falas e conclui: O setor sucroalcooleiro está na região há mais de 30 anos, sendo que vai ser adensada nos últimos 5 anos de forma drástica.

## **2ª questão**

Em seguida, Estela parte para a segunda questão disparadora: “Que mudanças o setor sucroalcooleiro trouxe? Que tipo de mudanças ocorreu com a vinda das destilarias?”

As respostas estão condensadas abaixo, com identificação dos municípios representados:

Nova Alvorada do Sul (Educação) – O município e os gestores já absorveram a presença das usinas. Eles veem como coisa boa. A gente vê que as autoridades não querem



nem discutir. Mas os problemas aparecem: aumentam os gastos com saúde, educação, porque tem uma população flutuante; as pessoas moram mal, amontoadas; a prostituição infantil aumentou de forma exorbitante e a assistência social não consegue fazer nada, não tem recursos. As pessoas não denunciam, as autoridades fazem vistas grossas, porque vai ter que apontar os culpados e ter que resolver... Os municípios realizam audiências pra discutir o assunto, mas ninguém aparece, as pessoas não se interessam. Só pensam no retorno financeiro que isso dá.

Nova Alvorada do Sul (Creas) – É observado o crescimento da cidade, mais estrutura, mas os problemas sociais são muito maiores, não só de prostituição infantil, mas de drogas, que são números muito alarmantes, as casas de reabilitação são particulares, as pessoas não têm recursos, vão se acumulando pra um monte de outras dificuldades da rede. Tem as migrações e falta de estrutura das famílias. Tudo isso veio piorando muito as coisas.

Rio Brilhante (Governo) – Essas pessoas não têm noção do que é família. As mulheres têm quatro filhos, um de cada homem.

Maracaju (Conselho Tutelar) – Após a instalação das usinas tudo piorou. Além de prostituírem, as adolescentes estão encarando isso como um trabalho mesmo... Também os aluguéis são muito caros; não se acha casa pra alugar em Maracaju. Não há preocupação com o meio ambiente. Na educação, não tem vaga pra essas crianças. Os trabalhadores das usinas também usam drogas pra trabalhar. A droga mais usada é pasta base.

Rio Brilhante (Executivo municipal) – Rio Brilhante se enquadra no corredor das drogas; Maracaju, no do turismo. Rio Brilhante teve as épocas dos gaúchos e paulistas. Depois, a era das grandes indústrias. E, graças a Deus, as grandes indústrias vieram e iniciaram o desenvolvimento dos municípios do interior, que eram dominados por monoculturas... Os municípios passaram e estão passando por municipalizações. Tudo é no município, saúde, educação. Acima de tudo, o administrador público tem que se preocupar com a questão social, investir bem o dinheiro que dá certo. Em Rio Brilhante, havia problemas com moradia. Mas agora está diferente: aumentou o número de empregos. O governo incentiva, quer as usinas... Elas também fazem a sua parte. O município tem que cobrar, tem que ir atrás, tem modificações acontecendo. A nossa prostituição aqui é muito mais por conta do Paraguai e da rota de drogas. E aqui a prostituição infantil, o Conselho Tutelar está em cima. Na escola, não faltam vagas. Tem vagas pra todo mundo. Problemas nós temos muitos sim, mas onde você prioriza atender, muda. A saúde melhorou. Não há recursos, mas está melhor. Tem que cobrar das autoridades, tem que buscar parcerias em todos os poderes. Nós tivemos uma menina aqui de 13, 14 anos, que ganhou a Olimpíada de

Português nacional. Rio Brillhante é uma cidade muito feliz, porque todas as associações são unidas, e estão todas juntas.

A Estela retoma a questão. “A pergunta é: Que mudanças o setor trouxe para os municípios?”, lembra.

Rio Brillhante (PRF) – As usinas agravaram a questão do trânsito. Nós não temos recursos e ficou um caos a situação do trânsito, com acidentes graves com caminhões. Com relação à prostituição, a concentração é mesmo nas cidades, porque nos postos a gente visita, verifica, não tem. Vêm muitas meninas de Ponta Porã [fronteira com o Paraguai]. Tem outra coisa: quando acabam os contratos, as pessoas ficam perdidas pela cidade, às vezes só sabem trabalhar em usina, e ficam sem saber o que fazer. As cidades não têm estrutura pra receber essas pessoas, pra manter tanta gente.

Rio Brillhante (grupo Louis Dreyfus) – É uma realidade de todo país a exploração sexual. É preciso unir esforços, realizar projetos profissionalmente tratados, com profissionais especializados. É um assunto multidisciplinar. Nós da Louis Dreyfus podemos estar juntos, tratar de projetos nesse sentido, através de recursos financeiros. Não somos especialistas nisso, em projetos sociais, mas nos podemos apoiar. O problema não é do município; o problema é nosso. Estamos a disposição, podem contar conosco.

Campo Grande (Movimento das Mulheres Camponesas) – O capital quer lucro. Existe falta de organização territorial nos municípios. Vem gente, gente... e afeta a saúde, a educação. Falta participação do povo, das pessoas se envolverem. Muitos empregos não são mais diretos nas usinas. Tem as terceirizadas. No respeitam os direitos dos trabalhadores. Tem gente trabalhando 12 horas. O povo aceita muito fácil, porque não tem emprego. Então aceita-se, quer emprego. Outro impacto é o arrendamento de terra para plantio de cana. Os agricultores falidos estão plantando cana. Outro problema é que tem água nossa sendo exportada, tirada do aquífero Guarani e exportada! Em rio brilhante! Há o plantio de cana muito perto dos assentamentos... As fuligens têm afetado a produção dos camponeses. O veneno é passado por helicóptero. Isso também atrapalha muito a produção.

Rio Brillhante (Sociedade civil – abrigos) – Os impactos da usina agravaram socialmente e também no meio ambiente. Com respeito aos postos da usina, foi montada uma comissão, que tem discutido os problemas ambientais e o tráfico de pessoas. O Conselho Tutelar está sendo um exemplo pra outros municípios. Nós estamos de olho sim e bastante. Na verdade, as usinas não trazem só o desenvolvimento, mas também graves problemas sociais, ambientais. Uma dificuldade continua sendo com as autoridades. A relação das autoridades com os donos de usinas ainda é de subalternidade. Eles não põem a cara à tapa.

Em seguida, os participantes fazem pausa para o café.

\*\*\*\*\*

### 3ª questão

Após o intervalo, Estela retoma a discussão. Ela lança a seguinte pergunta: “Quais são as nossas dificuldades para conhecer a realidade das usinas e do município em que vivemos? Por que temos dificuldade de conhecer e falar sobre essa realidade?”

As respostas estão condensadas abaixo, com identificação dos municípios representados:

Campo Grande (Assessoria parlamentar) – A gente vive num estado com uma posição geográfica e política complicadas. A gente vive num estado pobre, periférico e fronteiro, que faz fronteira com dois países mais pobres ainda. É um estado com a maior pop indígena do país, sem direito nenhum... E a gente não consegue conhecer a realidade, porque a gente não trabalha em rede. Não consegue pôr todo mundo numa mesa de diálogo. O judiciário não se faz presente. Precisa pôr numa horizontalidade todos os serviços. Todos têm que ser vistos como pessoas de direito.

Sidrolândia (Governo) – No nosso caso, a usina fica em Quebra Coco. A dificuldade que temos de ver o impacto é a distancia, porque os impactos não entram na cidade. Temos lá também assentamentos, duas aldeias indígenas. Então tem rotatividade. Em Sidrolândia, eu posso dizer que chegam menos informações sobre a usina, porque é mais distante; é em Quebra Coco.

Campo Grande (CMDCA/COMCEX/MS) – Vou falar um pouco da experiência de Sidrolândia, onde fui fazer pesquisa. O policial, com quem conversei, disse que não acontece violência sexual em Sidrolândia, nem tem problema mais lá. Então, a gente não vê porque a rede é conivente.

Campo Grande (Governo/COMCEX/MS) – Alguns investimentos são feitos no município, mas o grande problema não é atingido. Gera emprego? Gera, mas por trás também existem outras coisas... Angélica foi um município altamente impactado. A população não percebe. Temos que sair do nosso olhar de normalidade, temos que perceber as situações que estão de fundo. Aí que existe a exploração sexual.

Rio Brillhante (Assistência Social) – É uma questão de prioridade, de articular a rede como um todo.

Nova Alvorada do Sul (Educação) – Eu acredito que é falta de interesse individual e do coletivo como um todo, porque veio uma usina e todo mundo ficou feliz com o que ia vir no bolso.

Rio Brilhante (Governo) – O que fazem as universidades? As escolas? Por que eles não vêm para as cidades fazer trabalhos sérios sobre a realidade dos locais? Falta compromisso. Não é só o poder público. A sociedade civil tem dificuldade de mostrar o que esta se passando com ela. E compromisso também dos órgãos.

Nova Alvorada do Sul (Creas) – Essa dificuldade não é só da sociedade civil, mas dos próprios órgãos. Não há indicadores. Não há recursos. Não sabem da realidade fora. Fazem só os serviços que estão ali. Aí fica difícil.

Rio Brilhante (Sociedade civil) – A dificuldade não é de detectar os impactos da usina. É que as pessoas não estão reagindo, não fazem nada. Os órgãos não fazem nada, são coniventes.

Campo Grande (Ibiss|CO) – Existe um discurso muito forte em todos os meios de comunicação sobre o avanço do setor sucroalcooleiro. As vozes que são ouvidas são sempre as mesmas. Há um discurso único, muito forte, que a gente ouve todos os dias e passa a ser tomado como verdadeiro. Parece que é tudo muito positivo. Fala-se de produção, de desenvolvimento, apresenta-se números expressivos.

A coordenadora retoma as falas, fazendo uma síntese: “Nós não conhecemos a realidade. Temos dificuldade de saber qual é a realidade, o que está acontecendo. Os problemas não entram no município. Não é por acaso que os cortadores ficam longe e não no município. O impacto fica distante da cidade. Os problemas ficam longe do campo visual da população. Não vemos os impactos também porque não gostamos de falar das coisas que dão errado nos nossos municípios. Não é gostoso ficar falando de coisas que não dão certo. Reportar à nossa realidade nos traz sofrimento... Parece que o senso comum tomou conta da nossa alma. Quem se propõe a tratar de direitos se torna aquela pedra no nosso sapato. É muito mais fácil entrar na correnteza. Fazer o desviante é complicado. Pra nos é muito mais fácil não olhar, não querer olhar.

#### **4ª questão**

Estela apresenta a seguinte questão: “Por que o setor sucroalcooleiro veio pra essa região?”

As respostas estão condensadas abaixo, com identificação dos municípios representados:

Rio Brilhante (Sociedade civil – abrigo) – Embora em Rio Brilhante, nós temos todas as redes funcionando, é preciso que a gente mude o nosso olhar e tem compromisso, e ninguém quer ter esse compromisso, porque dá trabalho. A realidade não é bem assim. Ela é triste, como é triste em outros municípios. Precisamos sair do isolamento, do cada qual no seu setor. No seu trabalho, a rede não funciona. Se tem rede integrada, aí nós vamos conseguir.

Nova Alvorada do Sul (Educação) – Quem constrói as usinas são os brasileiros. Constroem, aí decretam falência e vendem pra estrangeiros. Aí eles olham essa situação aqui e acham normal. As usinas estão vindo, não são brasileiras. Elas instalam aquilo que o capital estrangeiro deseja. Há uma retaliação social. Se os gestores não estão vendo, é porque não é interessante para eles veem. Aí vêm as usinas, fazem camisetas, tiram fotos e desvirtuam a atenção do problema. A maioria dos gestores está trazendo pessoas de fora para órgãos sociais. Eles não conhecem a realidade do município, só tem a visão do prefeito.

Campo Grande (Assessoria parlamentar) – Não é só a usina em si que impacta a população. É a cadeia produtiva da destilaria. A gente tem que entender que tudo é socialmente construído. No Brasil, a gente vive 500 anos de exploração de cana-de-açúcar. É preciso observar com olhar crítico, temos que olhar com estranhamento pras coisas. Não olhar como as coisas são dadas pra você.

Campo Grande (Movimento das Mulheres Camponesas) – Nós temos que sair do olhar da normalidade, parar de fazer o pré-julgamento, olhar o outro como sendo um elemento inferior, que vai sujar... O discurso do capital tem grande poder de convencimento. Eles usam simbologias. Nós temos uma facilidade muito grande pra entrada do capital. Nós somos convencidos de que a indústria que está vindo vai resolver o problema. Não olhamos a questão do impacto ambiental, a passividade dos nossos gestores de também estar aí e não saber dar respostas aos problemas causadores, relaxamento das leis ambientais. As pessoas se deixam fazer com que a exploração ocorra e ninguém faz nada: “por que eu vou ser diferente? Não é problema meu”

Maracaju (Creas) – A usina está há uns 6, 7 anos. Por que queriam colocar usina lá? Porque é um local que está precisando de emprego, desenvolvimento... Trouxe isso e mais os problemas sociais, que são muitos e muitos. A usina empregou muitas pessoas no começo. Hoje não mais. Quem trabalha são pessoas de fora. Foi uma transformação da realidade. Os lotes foram invadidos. Na educação, não tem sala de aula. Nós precisamos reagir juntos, com nossos governantes.

A Estela retoma a palavra a fim de sistematizar, sucintamente, as falas dos participantes. Ela afirma: “Nós estamos num processo *des-envolvimento*. É um processo que tira a autonomia das pessoas para agir em seu próprio território, para se envolverem com as pessoas e com seu local. Existiram, no Estado e no país, diversos ciclos: da erva-mate, do café, da borracha. Agora é o ciclo da energia. [menciona o filme *A História das Coisas*]. É bom dizer que nós estamos aqui, porque ainda temos possibilidades. Mas temos que dizer também que antes da gente pensar em tudo isso, discutir isso, eles já sabiam o que seria aqui... há muiiiitos anos! Nós temos água, clima, terra, planície, tudo isso. Mas nós temos também leis trabalhistas relaxadas. E a legislação ambiental está mudando a favor dos grandes projetos. Nesses grandes consensos, as usinas de Mato Grosso do Sul estão crescendo e, com isso, esses impactos todos.

\*\*\*\*\*

#### Intervalo para o almoço

\*\*\*\*\*

O grupo retorna por volta das 14h. Antes das atividades serem retomadas, a coordenadora faz uma atividade de desconcentração. Pede que as pessoas andem pelo centro da sala, imaginando estarem em um espaço urbano. Andam, tocam-se, agrupam-se... Depois dessa dinâmica, é lida uma poesia, de autoria de uma menina da cidade vencedora de concurso nacional de Língua Portuguesa.

#### **5ª questão**

Na sequência, Estela apresenta a questão: “Como está caracterizada a exploração sexual no município em que você vive?”

Seguem as respostas condensadas abaixo:

Sidrolândia (Creas) – Não é vista, não é mostrada, não existe, ninguém vê. No Creas, não tem nenhum caso de exploração sexual. Hoje, no Creas não tem nenhum tipo de atendimento nesse sentido, mas a gente sabe que tem.

Nova Alvorada do Sul (Educação) – A pergunta não deveria ser como se caracteriza, mas como se maquia. Em Nova Alvorada, a exploração não está caracterizada abertamente. Ela está bem implícita. E lá existem muitos locais de prostituição.

Maracaju (Creas) – Essa situação de exploração sexual é muito comum nos quartinhos de trabalhadores das usinas. E também comum com os homens de cabelos brancos. A PM não está preparada. O Ministério Público diz que não tem fundamento suficiente e não acontece nada.

Rio Brilhante (PRF) – Chegam muitas denúncias da região de Dourados sobre homens que vão para os motéis e se comunicam com as cafetinas que já têm contato com donos de motel. Outra coisa comum que acontece são as mães que aliciam as filhas. E os caras vão na própria casa da menina pra buscá-la. Essa situação você não vai encontrar só no prostíbulo, você vê dentro de casa.

Rio Brilhante (Creas) – Aqui tem uma zona já instituída. A maioria são mulheres adultas. E o Conselho Tutelar já tem algum tratamento específico para meninas que encontramos em situação de prostituição. Mas o que a gente vê mais é a exploração dentro de casa. As meninas se casam com 14 anos. Saem de casa, vão viver com homens mais velhos.

Rio Brilhante (Assistência Social) – Os dados mostram que o problema maior é a negligência. A exploração está controlada aqui.

Maracaju (Creas) – Isso começou a acontecer com a usina. Antes não tinha nada disso. Não tinha zona em Vista Alegre. Hoje tem duas. Mas as mulheres são de fora, são de Ponta Porã. Também tem crianças e adolescentes, mas elas ficam nos depósitos de bebidas.

Campo Grande (CMDCA/COMCEX/MS) – Quando fui a Sidrolândia, me disseram o seguinte: que a exploração sexual existe, mas não pó causa da usina. Eu soube que tem meninas lá sim. Isso está identificado pela população, mas a polícia não admite.

Campo Grande (Ibiss|CO) – Às vezes, a gente acha que no nosso município não tem. Mas será que a gente sabe mesmo? A exploração se camufla e acontece de um jeito diferente em cada município.

Campo Grande (Ibiss|CO) – Nos levantamentos, a gente tem observado que existe uma exploração sexual com uma estratégia bem velada. As meninas são encomendadas. Não ficam à exposição, mas se você pedir, eles te fornecem. É só marcar o dia e o horário. Isso pode ser feito na rua ou nas casas de prostituição.

A coordenadora apresenta suas conclusões a partir das falas dos participantes. Afirma: É preciso sermos bom articuladores. A articulação é fundamental. As redes locais precisam estar integradas. É preciso criar comitês municipais que sempre articulem e discutam a

questão. O problema não está na família. Está num contexto muito maior. Essa situação já está desenhada há muito tempo pelos investidores. As mães e a família são apenas levadas. E nada paga os sonhos de uma pessoa, a perspectiva de vida de uma menina que engravidou e nem a vida dos córregos que morreram.

Após o comentário da coordenadora, os participantes são divididos em grupos de cinco ou seis para avaliarem o colóquio. Para isso, escreviam pequenos textos em tiras de papel. As avaliações foram lidas para todos. De modo geral, as pessoas avaliaram como muito bom o evento. Essa avaliação, no entanto, não foi unânime. Alguns se mostraram incomodados e contrariados com algumas falas e mesmo com algumas perguntas.

O evento se encerrou, em seguida, por volta das 16h30.

Publicado em Outubro de 2012.





**ANEXO A – CARTA DE APROVAÇÃO DO CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM  
PESQUISA DA UFMS.**



**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Comitê de Ética em Pesquisa /CEP/UFMS**



*Carta de Aprovação*

*A minha assinatura neste documento, atesta que o protocolo nº 1513 do Pesquisador Osvaldo dos Passos Pereira Júnior intitulado “Impactos da cadeia produtiva sucroalcooleira na exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul” e o seu Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram revisados por este comitê e aprovados em reunião ordinária no dia 06 de agosto de 2009, encontrando-se de acordo com as resoluções normativas do Ministério da Saúde.*

*Edilson dos Reis*

*Coordenador em exercício do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS*

**2ª via da Carta de Aprovação**

*Campo Grande, 06 de dezembro de 2012.*

*Edilson dos Reis  
Vice-coordenador  
CEP/UFMS*